

Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 06 | **Leda Paulani**: Poder e dinheiro. A flexibilidade do capital financeiro

PÁGINA 09 | **Alvaro Bianchi**: A crise financeira é a crônica de uma morte anunciada

PÁGINA 12 | **Marcelo Carcanholo**: A lógica hegemônica do capital fictício

PÁGINA 15 | **Paulo Nakatani** : “A crise financeira é só a manifestação da crise da sociedade capitalista”

PÁGINA 18 | **Claus Magno Germer**: O capitalismo ainda não morreu

PÁGINA 21 | **Robert Kurz**: O vexame da economia da bolha financeira é também o vexame da esquerda pós-moderna

B. Destaques da semana

» Teologia Pública

PÁGINA 29 | **Carlos Mesters**: A Palavra está presente em todos os setores da vida da Igreja

» Entrevista da Semana

PÁGINA 31 | **Flávio Aguiar**: “A literatura é um direito do cidadão, um usufruto peculiar”

» Destaques On-Line

PÁGINA 33 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Agenda de Eventos

» Perfil Popular

PÁGINA 37 | **Inês Raimunda Conon Bordori**

» IHU Repórter

PÁGINA 38 | **Adriana Moré Pacheco**



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

Poder e dinheiro. A flexibilidade do capital financeiro

Para a economista Leda Paulani, o conceito marxista mais importante para interpretar a atual crise financeira é o de capital fictício. O crescimento desmedido não existiria se não existisse o capital fictício, argumenta

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

Depois de tantas oscilações na economia mundial, chegou a hora de vislumbrarmos o fim do capitalismo? Ou essa é apenas mais uma das acentuadas crises que compõe o sistema financeiro internacional? Embora muitos marxistas estimem que o capitalismo esteja em crise há quase meio século, a economista da USP Leda Paulani afirma o contrário. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a pesquisadora é enfática: “Creio que o reinado financeiro ainda durará por um bom tempo, primeiro porque, por mais que a crise tenha debilitado essa poderosa riqueza financeira, ela ainda parece grande demais para deixar de impor seus requerimentos ao andamento material do planeta”. Seguidora das idéias de Karl Marx, Leda aponta para uma possibilidade futura: “Passaremos por um período de maior regulação”. De qualquer modo, essas mudanças de posicionamento político e econômico não vão conseguir acabar com a instabilidade econômica. “Se prevalecer, como imagino que prevalecerá, o poder do capital financeiro, essas crises abissais continuarão no horizonte, porque o capital financeiro é extremamente flexível e pródigo em invenções que escapam a qualquer regulação”, considera.

Leda Paulani é doutora em Teoria Econômica, pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (USP). Obteve livre docência pela mesma universidade e é presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política, pesquisadora do Instituto de Pesquisas Econômicas e professora da USP, além de ser autora de obras como *Modernidade e discurso econômico* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2005) e *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2008). Em outubro de 2007, a professora esteve na Unisinos, participando do Ciclo de Estudos Fundamentos Antropológicos da Economia, no qual apresentou o pensamento de Guy Debord (1931-1994), com a palestra “A mercadoria como espetáculo”. Leda Paulani é autora do artigo “A (anti)filosofia de Karl Marx”, publicado nos **Cadernos IHU Idéias** nº 41, de 2005.



Divulgação

IHU On-Line - É correto afirmar que a crise financeira internacional é consequência da crise do capitalismo?

Leda Paulani - Essa é uma questão polêmica, cuja resposta não podemos dar aqui integralmente, pois o espaço não é suficiente. O ponto mais polêmico é se o capitalismo está ou não em crise e se está desde quando. Dentre os autores marxistas, alguns julgam que o capitalismo está

em crise desde meados dos anos 70 do século passado, porque desde então as taxas médias de crescimento declinaram em todo o planeta. Outros acreditam que há, desde pelos menos uma década antes disso, um problema não resolvido de sobreacumulação de capital. Outros ainda acreditam que o capitalismo passa por ciclos sistêmicos de acumulação, ora real, ora financeira, e que estaríamos agora

num ciclo de acumulação financeira. Seja como for, o fato é que, pelo menos desde o início deste novo século, essa morosidade do sistema no que tange ao crescimento da riqueza real parece ter sido substituída por uma velocidade maior, puxada fundamentalmente pela decisão da China de passar a integrar o sistema capitalista. Nesse sentido, o terremoto financeiro que assistimos tem funcionado

como desmancha-prazeres, de modo que se poderia dizer, ao contrário, que a crise do capitalismo (a que virá agora) é que é consequência da crise financeira. Mas, como disse, essa uma questão muito complicada para ser trabalhada aqui.

IHU On-Line - Quais as lições de Marx em relação ao livre mercado que podem nos ajudar a compreender a crise financeira atual?

Leda Paulani - O que Marx mostrou de mais importante sobre o assim chamado “livre mercado” é que ele esconde por trás de sua aparência de liberdade, igualdade e equilíbrio o contrário disso. Ele põe a aparência de liberdade porque todos são juridicamente iguais, proprietários de mercadorias, e parecem livres para vender suas mercadorias a quem quiserem e se quiserem e para comprar o que quiserem, de quem quiserem e se quiserem. Ele põe a igualdade porque quando mostra que algo, uma bolsa, por exemplo, é igual a R\$ 25,00, a venda da bolsa parece uma transação justa, em que se trocou valor de um tipo por valor de outro tipo. A aparência de equilíbrio vem da reiteração das transações mercantis (com suas trocas iguais) no dia-a-dia dos mercados, num movimento que parece poder repetir-se indefinidamente. Quando surgem crises da dimensão da que agora vivemos, elas não combinam com essa aparência idílica e denunciam a complexidade e as relações contraditórias que constituem o sistema capitalista.

IHU On-Line - Qual a validade das definições de Marx para o crédito e o capital financeiro neste momento de crise mundial?

Leda Paulani - Crédito e Capital Financeiro condicionam-se mutuamente. Quando o dinheiro serve não apenas para comprar mercadorias (bens, serviços, força de trabalho, máquinas etc.), mas igualmente para pagar dívidas (e também comprar honra, consciência, enfim tudo aquilo que seja adaptável à forma preço), Marx diz que ele se transforma em meio de pagamento geral, e se ele funciona assim é porque já estão em cena credores

“O que Marx mostrou de mais importante sobre o assim chamado ‘livre mercado’ é que ele esconde por trás de sua aparência de liberdade, igualdade e equilíbrio o contrário disso”

res e devedores. Aquele que fornece crédito é ao mesmo tempo o detentor de uma forma especial de capital, que Marx chama de capital portador de juros, e que mais popularmente é chamado de capital financeiro. Marx diz sobre o capital portador de juros que ele é a matriz de todas as formas alucadas de capital. Quem acompanhou o redemoinho vivido pelos mercados financeiros do mundo nas últimas semanas não pode deixar de dar-lhe razão.

IHU On-Line - Em que sentido o conceito de “capital fictício” elaborado por Marx contribui para esclarecer o caráter da crise de agora?

Leda Paulani - Dentre todos os conceitos criados por Marx para dar conta da realidade capitalista, talvez não haja conceito mais importante para interpretar a crise atual do que o de capital fictício. Muitos autores têm considerado que, pelo menos desde o início dos anos 1980 do século passado, o capitalismo vive uma nova etapa, cujo tom é dado pela financeirização. Essa financeirização, produzida pelo crescimento desmesurado da riqueza financeira (frente ao

crescimento da riqueza real), implica a submissão da totalidade do sistema econômico aos imperativos da lógica financeira da acumulação, o que garante a continuidade do crescimento dessa mesma riqueza. Ora, esse crescimento desmesurado simplesmente não existiria se não existisse o capital fictício. Quando o dinheiro é emprestado para que se o receba de volta aumentado, numa data futura, está implícita nessa transação a capacidade potencial que o dinheiro tem de se multiplicar. Essa capacidade é “verdadeira”, se esse dinheiro for dar uma voltinha no mundo da produção de bens e serviços, mas cria capital fictício quando, por meio de uma série de mecanismos, cuja explicação demandaria um espaço que não temos, ele não percorre esse caminho. A crise que agora presenciamos tem em seu bojo uma criação num grau inédito de capital fictício. Tudo seria mais simples se pudéssemos simplesmente eliminar esse capital, digamos assim, “espúrio”, penalizando apenas quem contribuiu para sua disseminação, conseguindo com isso colocar o sistema de volta num curso menos fantasmagórico. Mas isso está longe de ser simples, porque existem inúmeros fios nervosos ligando um sistema ao outro. O crédito para a produção e para o comércio é o mais importante e o mais visível desses fios.

IHU On-Line - A partir das teorias de Marx, quais os rumos que podemos imaginar para o mundo capitalista, a partir da crise financeira internacional?

Leda Paulani - Esta pergunta está relacionada à anterior sobre a crise do sistema capitalista e sua resposta depende, em última instância, da forma como enxergamos o capitalismo hoje. Tem se falado muito que voltaremos a viver sob um capitalismo super regulado, como aquele vigente desde o fim da Segunda Guerra até meados dos anos 1970, que o capital financeiro perderá força, que o neoliberalismo morreu etc. Não acredito muito nessas previsões. Creio que o reinado financeiro ainda durará por um bom tempo, primeiro porque, por mais que a crise tenha debilitado essa poderosa

riqueza financeira, ela ainda parece grande demais para deixar de impor seus requerimentos ao andamento material do planeta. Segundo, porque o que vivemos hoje é o resultado de um longo processo de financeirização, cujo desmonte não se dará assim do dia para a noite. Terceiro, porque, e esse talvez seja o argumento mais forte, ninguém sabe para onde vai o sistema monetário internacional, e esse processo todo – a financeirização e sua crise – é resultado, entre outras coisas, da (não) solução encontrada para a desarticulação do sistema de Bretton Woods.¹

IHU On-Line - A crise financeira internacional representa o fim de um ciclo? Podemos aguardar uma mudança na condução do sistema financeiro internacional?

Leda Paulani - Se entendemos que a financeirização configurou um ciclo e se ao mesmo tempo acreditamos que esta crise marca o fim do predomínio do capital financeiro, então estamos autorizados a falar que esta crise marca o fim de um ciclo. Se pensarmos, porém, que a economia mundial vinha finalmente retomando um crescimento menos anêmico depois de décadas de resultados pobres, então não dá para acreditar em ciclo e termos simplesmente que admitir que as estripulias financeiras destinadas a aumentar mais e mais a riqueza e o poder do capital financeiro atropelaram o ciclo que vinha firmemente engatando a marcha da subida.

¹ **Conferência de Bretton Woods:** nome com que ficou conhecida a Conferência Monetária Internacional, realizada em Bretton Woods, no estado de New Hampshire, nos EUA, em julho de 1944. A conferência de Bretton Woods, definindo o sistema de gerenciamento econômico internacional, estabeleceu as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países industrializados do mundo. Representantes de 44 países participaram da conferência. Nela foi planejada a recuperação do comércio internacional depois da Segunda Guerra Mundial e a expansão do comércio através da concessão de empréstimos e utilização de fundos. Os representantes dos países participantes concordaram em simplificar a transferência de dinheiro entre as nações, de forma a reparar os prejuízos da guerra e prevenir as depressões e o desemprego. Concordaram também em estabilizar as moedas nacionais, de forma que um país sempre soubesse o preço dos bens importados. A Conferência de Bretton Woods traçou os planos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. (Nota da IHU On-Line)

“Quando surgem crises da dimensão da que agora vivemos, elas não combinam com essa aparência idílica e denunciam a complexidade e as relações contraditórias que constituem o sistema capitalista”

IHU On-Line - Até que ponto a regulação do mercado proposta por Marx e Keynes permitirá que o mercado não se autodestrua?

Leda Paulani - Parece evidente que passaremos por um período de maior regulação, até porque isso acabará por se impor como exigência política. Contudo, se prevalecer, como imagino que prevalecerá, o poder do capital financeiro, essas crises abissais continuarão no horizonte, porque o capital financeiro é extremamente flexível e pródigo em invenções que escapam a qualquer regulação. Além disso, não podemos esquecer que vivemos uma fase do capitalismo em que o dinheiro e o poder estão muito próximos, particularmente por conta de ativos financeiros importantíssimos como os títulos da dívida pública, cujo volume é hoje enorme em praticamente todos os países. Passada a turbulência e o temor, essa proximidade impedirá que qualquer regulação mais

efetiva se estabeleça.

IHU On-Line - A senhora acredita que a atual crise irá suscitar uma renovação política mundial? Em que sentido a senhora vislumbra mudanças?

Leda Paulani - Uma verdadeira renovação política mundial só aconteceria se a crise permitisse uma reorganização dos trabalhadores e dos movimentos sociais de modo geral e planetário, num processo que permitisse a construção de uma efetiva resistência a esse “fascismo do capital” que experimentamos há pelo menos um quarto de século. Infelizmente, creio que estamos muito longe de um cenário como esse. Ao contrário, me parece que a crise vai contribuir para vitaminar o discurso conservador (afinal, estamos numa situação de emergência!) e permitir a elevação do grau de exploração que possibilita, a um só tempo, enfrentar a tendência congênita deste tipo de capitalismo a sobreacumular capital, e gerar a renda real que coloca sempre ao alcance da mão a possibilidade de tornar absolutamente concretos, assim que se queira, os luxuosos desejos dos donos do capital fictício. Assim, se alguma mudança houver será talvez uma perda relativa de importância dos EUA, mas nada que altere o âmago do sistema capitalista e de sua reprodução tal como hoje se dá.

LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Leda Paulani. Acesse nossa página eletrônica www.unisinos.br/ihu

Entrevistas:

* “*Só uma crise de grandes proporções mudará o rumo do governo*”. Revista IHU On-Line número 125, de 29-11-2004, intitulada Política econômica. Nada mudou! Perdemos a oportunidade histórica de mudá-la?;

* *Lula. “Um governo muito amigo do capital produtivo e financeiro*”. Notícias do Dia de 07-10-2007;

* “*O PAC não se constitui num projeto para a economia do país*”. Notícias do Dia de 29-02-2008;

* “*O discurso neoliberal continuará impassível a desfiar os seus disparates*”. Revista IHU On-Line número 276, de 06-10-2008, intitulada *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*.

A crise financeira é a crônica de uma morte anunciada

Para o professor Alvaro Bianchi, o único conselho que capitalistas e liberais podem encontrar em *O capital*, de Marx, é que deixem de ser capitalistas e liberais

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

“**A** obra de Marx, e principalmente *O capital*, tem por objeto as contradições da sociedade capitalista e os limites postos ao capitalismo por essas contradições. São estas contradições econômicas, sociais e políticas as que provocam suas crises.” A análise é do professor Alvaro Bianchi, do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em entrevista concedida por e-mail para a IHU On-Line, ele lembra que “Marx nunca achou que o capitalismo encontraria calma e pacificamente seu fim dando lugar a uma forma de sociabilidade que conseguisse expurgar as crises. Mas as recorrentes crises do capitalismo revelam as tendências autodestrutivas do próprio capitalismo. A escala dessa autodestruição não pode ser subestimada”. E acrescenta: “O retorno de formas pré-capitalistas de trabalho, como o trabalho escravo nas zonas agrícolas extrativistas, ou formas degradadas de salário, com a remuneração por peça na moderna indústria, o aquecimento global e a invasão do Iraque são algumas manifestações dessa autodestruição”. Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Alvaro Bianchi é diretor do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) e secretário de redação da revista *Outubro*. É doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.

IHU On-Line - O que Marx entendia por “economia política vulgar”? Como ela contribui para chegarmos à crise atual?

Alvaro Bianchi - Marx tinha em grande conta a economia política clássica e considerava a obra de David Ricardo¹ o ápice da ciência econômica de sua época. Mas, na medida em que o conflito social tornou-se mais inten-

¹ David Ricardo (1772 - 1823): economista inglês, considerado um dos principais representantes da economia política clássica. Exerceu uma grande influência tanto sobre os economistas neoclássicos, como sobre os economistas marxistas, o que revela sua importância para o desenvolvimento da ciência econômica. Os temas presentes em suas obras incluem a teoria do valor-trabalho, a teoria da distribuição (as relações entre o lucro e os salários), o comércio internacional, temas monetários. A sua teoria das vantagens comparativas constitui a base essencial da teoria do comércio internacional. Demonstrou que duas nações podem beneficiar-se do comércio livre, mesmo que uma nação seja menos eficiente na produção de todos os tipos de bens do que o seu parceiro comercial. (Nota da IHU On-Line)

so, a ciência econômica deixou de ter como objetivo a investigação das contradições sociais e transformou-se em uma apologética. Marx chamava essa ciência econômica pós-ricardiana de “economia vulgar”. A principal característica da economia vulgar é que ela insiste em fixar-se nas formas de manifestação da mais-valia e da produção capitalista, ao invés de analisar a verdadeira natureza destas. Desse modo, se, no capital produtor de juros, que é a forma do capital financeiro, este aparece (e destaco a palavra aparece) como fonte independente de valor, os economistas vulgares tomavam essa aparência como sua essência. Este erro, que já havia sido denunciado por Marx em seus escritos do começo dos anos 1860, pode ajudar a explicar a crise atual.

IHU On-Line - Quais as principais

transformações que o capitalismo neoliberal provocou na estrutura de classes da sociedade brasileira?

Alvaro Bianchi - Nos últimos vinte anos, tiveram lugar profundas transformações na estrutura de classes de nossa sociedade. Tais mudanças não atingiram apenas os trabalhadores como também a composição da burguesia. Começamos por esta última. Nas décadas de 1980 e 1990, teve lugar uma recomposição profunda da economia nacional que reconfigurou a burguesia. A indústria nacional, que ganhou força nas décadas anteriores, foi fortemente internacionalizada. Fusões e aquisições tiveram lugar e indústrias que simbolizavam o período anterior – por exemplo, Metal Leve, Cofap e Cobrasma – simplesmente deixaram de existir, dando lugar a empresas multinacionais em alguns casos. Ao mesmo tempo, os

setores da indústria mais fortemente vinculados ao mercado internacional ganharam espaço. Houve, também, uma enorme expansão do setor financeiro e um importante crescimento da agricultura e da pecuária vinculadas à exportação. Tudo isso mudou profundamente a cara da burguesia brasileira. Se antes era difícil falar de uma burguesia nacional, agora é uma completa impropriedade. Do lado da classe trabalhadora, ocorreu uma intensa desregulamentação e precarização do mercado de força de trabalho com processos de terceirização, externalização, deslocalização, fragmentação, trabalho temporário ou eventual. A relação salarial “canônica”, isto é, portadora de direitos sociais, tornou-se uma exceção à regra da “contratualização”, ou seja, da multiplicação das formas contratuais. A força de trabalho em alguns setores da indústria, como a metalúrgica, diminuiu. Na verdade, durante o governo FHC, a indústria brasileira perdeu mais de dois milhões de postos de trabalho. Alguns mais apressados chegaram até mesmo a falar do fim do proletariado. Trata-se, a meu ver, de um grande equívoco. Mas também é errado dizer que nada mudou. A classe trabalhadora assumiu novas formas e cresceu numericamente em setores como o de serviços.

IHU On-Line - Em que sentido Marx pode ser visto como um caminho para entender a natureza do desenvolvimento capitalista?

Alvaro Bianchi - Em 2005, Colin Graham, da Merrill Lynch Investment Management, aconselhou investidores que ouviam sua palestra a terem cautela com os *hedge funds*² e contou que, quando havia começado a trabalhar na empresa, durante a crise nas bolsas de outubro de 1997, seu chefe

² Hedge Funds, também conhecido como Fundos de Investimento Financeiro, foram criados para propiciar uma redução do risco inerente às aplicações no mercado financeiro. Esses fundos representam uma mobilidade de investimento que reúne recursos de pessoas físicas e jurídicas através de cotas, onde todos possuem o objetivo de realizar um investimento em comum. Os recursos obtidos através desse fundo são administrados por uma instituição financeira, e destinados à aplicação em Títulos e Valores Mobiliários, em cotas de outros fundos ou em títulos disponíveis no mercado financeiro. (Nota da IHU On-Line)

**“Enquanto as
contradições imanentes
ao sistema não forem
superadas, os limites
ao desenvolvimento da
economia capitalista
também não o serão
definitivamente”**

saiu correndo e comprou *O capital*, de Marx, para compreender o que ocorreria quando o capitalismo ruísse. A obra de Marx, e principalmente *O capital*, tem por objeto as contradições da sociedade capitalista e os limites postos ao capitalismo por essas contradições. São estas contradições econômicas, sociais e políticas as que provocam suas crises. Uma compreensão apurada dessas contradições permitiria um conhecimento mais aprofundado do desenvolvimento capitalista. Mas a esse respeito é necessário um esclarecimento. Marx nunca achou que o capitalismo encontraria calma e pacificamente seu fim dando lugar a uma forma de sociabilidade que conseguisse expurgar as crises. Mas as recorrentes crises do capitalismo revelam as tendências autodestrutivas do próprio capitalismo. A escala dessa autodestruição não pode ser subestimada. O retorno de formas pré-capitalistas de trabalho, como o trabalho escravo nas zonas agrícolas extrativistas, ou formas degradadas de salário, com a remuneração por peça na moderna indústria, o aquecimento global e a invasão do Iraque são algumas manifestações dessa autodestruição.

IHU On-Line - Por que hoje muitos retomam Marx como o centro das atenções no debate sobre a crise financeira internacional?

Alvaro Bianchi - É como o romance de García Márquez:³ a crise financeira é a crônica de uma morte anunciada. Como disse, a obra de Marx é uma investigação sobre as contradições e os limites do capitalismo. Com base nessa obra, os marxistas insistiram muito nas últimas décadas que a liberalização e desregulamentação das finanças, do comércio e da força de trabalho tinham por objetivo superar os entraves à acumulação do capital que tinham levado ao esgotamento o modelo econômico do pós-guerra, assentado nos acordos de Breton Woods. Acontece que, enquanto as contradições imanentes ao sistema não forem superadas, os limites ao desenvolvimento da economia capitalista também não o serão definitivamente. Eles reaparecem logo à frente ainda maiores, mais perigosos e mais difíceis de transpor. Tomemos o caso que está sendo discutido agora. A partir do final dos anos 1960, começou a ficar claro que o capitalismo enfrentava uma grave crise de superprodução. Um dos meios de superar essa crise foi incentivar fortemente o consumo mediante uma expansão do capital fictício (ações, títulos da dívida, derivativos etc.) e do crédito. Isso permitiu contornar os obstáculos à acumulação, mas, como estamos vendo agora, os novos obstáculos se revelaram ainda maiores. Aparentemente, o capital financeiro havia se tornado independente do processo de produção de novos valores. Para Marx, assim como para David Ricardo, era mais fácil encontrar no trabalho o fundamento do valor. Hoje, a expansão dos mercados financeiros torna mais difícil encontrar essa essência por detrás da aparência e a crise contemporânea assume também a forma de uma crise da medida do valor. Os mercados são

³ Gabriel García Márquez (1928): escritor colombiano, autor de *Crônica de uma morte anunciada* (26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000). Sobre a obra do autor, confira a IHU On-Line n° 221 *Cem anos de solidão. Realidade, fantasia e atualidade*, disponível para download no site do IHU (www.unisinos.br/ihu/). (Nota da IHU On-Line)

“Os mercados são incapazes de dizer quanto os ativos realmente valem”

incapazes de dizer quanto os ativos realmente valem. Mas essa aparência só enganava os economistas vulgares, ou seja, aqueles que queriam ser enganados. Certamente essa aparência não enganou os leitores mais atentos de *O capital*.

IHU On-Line - Qual o valor que os capitalistas e liberais vêem nas teorias de Marx? Como entender esse paradoxo?

Alvaro Bianchi - Na verdade, a maioria deles nunca leu *O capital*. O juízo que costumam fazer da obra de Marx costuma ser desinformado ou baseado em lugares comuns. Veja-se o tal economista relatado por Colin Graham. Marx nunca disse que o capitalismo ruiria sozinho devido a suas crises econômicas. Se ele esperava encontrar isso em *O capital*, e se de fato o leu, deve ter ficado decepcionado. Os mais esclarecidos, é verdade, procuram na obra de Marx uma análise do desenvolvimento capitalista. Mas a teoria que podem encontrar em *O capital* não é uma teoria do desenvolvimento e sim uma teoria das contradições desse desenvolvimento. O paradoxo é que essas contradições não podem ser superadas sem que o próprio capitalismo seja superado. Ou seja, o único conselho que capitalistas e liberais podem encontrar em *O capital* é que deixem de ser capitalistas e liberais. Mas não creio que estejam dispostos a aceitá-lo.

IHU On-Line - Como relacionar o 160º aniversário da publicação do *Manifesto comunista* com uma crise econômica internacional particularmente dramática, em um período de ultra-rápida globalização do livre-mercado?

Alvaro Bianchi - No *Manifesto comunista*, há uma descrição com cores muito vivas do processo de afirmação e expansão do capitalismo em uma escala mundial. Muitos já disseram que Marx previu o fenômeno da globalização econômica, e isso já se tornou um daqueles lugares comuns que os liberais gostam de repetir. Na verdade, nesse texto, está explicitada a tendência à internacionalização da acumulação capitalista que se verificava já em seu próprio nascedouro, com as grandes navegações e o empreendimento colonial nas Américas. O proletariado não tem pátria, segundo o *Manifesto*, porque o capital também não tem. A reprodução ampliada do capital tende a transgredir fronteiras a encontrar novas frentes de expansão, a atingir os mais recônditos lugares. O que o *Manifesto* não disse e não poderia dizer é que essa transgressão seria levada a cabo pelo capital financeiro. De fato, em outros textos de Marx, é possível encontrar menções à especulação financeira promovida pelos mercados acionários. Mas são poucas passagens. Há, entretanto, um tema sobre o qual devemos prestar atenção. A mundialização do capital afirmada no *Manifesto* é, também, a mundialização de suas crises econômicas e políticas. O ano no qual esse texto foi publicado já deu uma amostra do que estava por vir. A partir de fevereiro de 1848, uma onda de revoluções propagou-se pelo continente europeu com uma velocidade superior a dos meios de comunicação. Essas revoluções foram precedidas pela crise econômica que teve seu ápice em 1847. Embora os comunistas fossem uma pequena força política, o fantasma da revolução andou assombrando muita gente.

Hoje o espectro que ronda o mundo é o da crise do capitalismo. Mas ainda é cedo para saber se ele será capaz de acordar seu parceiro, o fantasma da revolução. Tem gente que já não dorme direito pensando nisso.

IHU On-Line - Se Marx previu a natureza da economia mundial no início do século XXI, com base na análise da “sociedade burguesa”, 150 anos antes, que espécie de previsões podemos fazer para nossa economia a partir da sociedade que temos hoje, baseada em valores consumistas e na autonomia?

Alvaro Bianchi - Em 1999, o ultra-liberal Alan Greenspan,⁴ o chefe todopoderoso do Federal Reserve,⁵ anunciou em depoimento ao Congresso dos Estados Unidos, que teriam ido “para além da história”, isto é, superado as agruras dos ciclos econômicos e atingido o crescimento perpétuo. Hoje, ele é acusado pelo prêmio Nobel da Economia, Paul Krugman,⁶ de ser co-responsável pela atual crise. Para evitar justamente a apologética, os marxistas são muito cuidadosos, ou deveriam sê-lo, com as previsões. A única previsão que creio possível é a de que a dinâmica de crises continuará e que os conflitos sociais se tornarão mais intensos. A teoria de Marx não permite (e não deseja) prever mais do que isso.

⁴ Alan Greenspan (1926): economista estadunidense. Entre 1987 e 2006, atuou como presidente do Fed (Federal Reserve System) dos Estados Unidos. Em *Alan Greenspan: A era da turbulência*, lançado em 2007, o autor conta a experiência de quase duas décadas frente ao Fed, e analisa a economia global, propondo rumos para o futuro. (Nota da IHU On-Line)

⁵ A Reserva Federal dos Estados Unidos da América (em inglês oficialmente Federal Reserve System, mas conhecida simplesmente como Federal Reserve e informalmente como The Fed) é o banco central dos Estados Unidos da América. (Nota da IHU On-Line)

⁶ Paul Krugman (1953): economista norte-americano e professor de Economia e Assuntos Internacionais na Universidade de Princeton, Krugman, neokeynêsiano, é considerado um crítico da Nova Economia. Ele acaba de receber o prêmio Nobel de Economia de 2008. (Nota da IHU On-Line)

A lógica hegemônica do capital fictício

Segundo o economista Marcelo Carcanholo, a lógica do capital fictício é tão hegemônica que até os trabalhadores se comportam como se fossem proprietários de capital

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

Além das especulações econômicas em torno da atual turbulência internacional, economistas de todo o mundo refletem sobre as possíveis mudanças no capitalismo. “O que ocorrerá daqui para frente? O socialismo, rumo a uma sociedade comunista?”, questiona Marcelo Carcanholo, da Universidade Federal Fluminense (UFF), em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. Com pouca esperança, Carcanholo diz que não existem garantias de mudança. Para ele, uma transformação no modelo econômico capitalista só vai ocorrer “se os seres humanos se propuserem a isso, e se, de fato, esse projeto for historicamente exequível”. Independente de uma interpretação marxista, aponta, “o período neoliberal manifestou sua crise ideológica e política de forma aguda com esta crise financeira atual”. A única alternativa para o capital, nesse momento, é contar com a atuação do Estado. “Isto significa que o Estado arcaria com esses prejuízos, no sentido de que adquire esses títulos sem nenhuma liquidez (sem possibilidades de revenda em mercados secundários), no final das contas, a custas do tesouro”, enfatiza. De qualquer modo, alternativas como essa podem amenizar situações de crise, mas não são eficientes para combatê-las. “Após um bom período de crescimento na acumulação do capital, esse tipo de ideário acaba voltando, com uma ou outra roupagem”, assegura.

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e marxismo (NIEP-UFF), Carcanholo é graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Economia, pela UFF e doutor na mesma área, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). De suas obras, citamos *A quem pertence o amanhã? Ensaio sobre o neoliberalismo* (São Paulo: Edições Loyola, 1997) e *A vulnerabilidade econômica do Brasil: abertura externa a partir dos anos 90* (Aparecida: Idéias & Letras, 2005).

IHU On-Line - Quais são as lições do marxismo para resolver uma situação de crise mundial, como a que se apresenta no sistema financeiro?

Marcelo Carcanholo - Em primeiro lugar, do ponto de vista mais rigoroso, a obra de Marx – em especial, *O capital*, que trata das leis gerais de funcionamento do modo de produção capitalista – não tem como objetivo construir uma instrumentalização político-econômica para resolver os momentos de crise da economia capitalista. Ao contrário, o que se pretende é mostrar como o processo de acumulação de capital, e mais especificamente suas leis (de tendência) gerais, pressupõe

as crises econômicas, manifestem-se estas da forma que for. Em outras palavras, as crises não são anomalias do sistema, mas partes integrantes de sua lógica. O processo de acumulação de capital é cíclico, porque, para cada fase de crescimento na acumulação de capital, as contradições aprofundadas nessa fase levam, inexoravelmente, a crises, e estas, por sua vez, produzem conseqüências que permitirão uma nova fase de acumulação de capital. Dessa forma, nem o capitalismo acabará, por si só, em razão de uma crise econômica – ainda que esta possa explicitar tanto as contradições do sistema que os seres humanos se propo-

nam a transformar esse sistema social – e nem os crescimentos da economia são eternos. Qualquer perspectiva (que se diga) marxista que analise instrumentos de política econômica para minorar os efeitos das crises está, no fundo, propondo uma perspectiva muito mais keynesiana que marxista, pois, para esta última, a política econômica para suavizar os movimentos cíclicos é uma questão menor, se é que se trata de uma questão.

Em segundo lugar, o que o livro III de *O capital* mostra, dentre outras coisas, é que o desenvolvimento do capital fictício (que não pode ser con-



Divulgação

fundido com aquilo que Hilferding,¹ em 1910, chamou de Capital Financeiro) potencializa o caráter dialético da acumulação de capital, e, em momentos de preponderância de sua funcionalidade, acelera o seu crescimento. No entanto, pelas mesmas razões, nos momentos de imposição de sua disfunção, ele potencializa os efeitos da crise, podendo ser até o fator detonador dessa fase. Este é o momento que vivemos agora.

IHU On-Line - Em que medida a regulação das instituições financeiras poderá acalmar o mercado financeiro e proporcionar um novo rumo para o capitalismo? Isso é possível?

Marcelo Carcanholo - Regulamentações que desincentivem as tomadas de posições mais especulativas de instituições financeiras podem diminuir a instabilidade do sistema. Mas a lógica que prevaleceu no capitalismo contemporâneo até agora foi justamente a oposta: desregulamentação e flexibilização de mercados. Do ponto de vista do capital fictício, isso representa um terreno construído para expansão de sua lógica meramente de apropriação de valor, sem contribuição direta para a sua produção. Isso levou à crise atual. Quais as suas conseqüências e o seu tamanho? Isso é algo que só poderá ser tratado com rigor *a posteriori*. É possível uma nova “fase de ouro” para o capitalismo, com regulamentação do setor financeiro e participação do Estado? Pode até ser, mas não antes que todas as conseqüências — extremamente malélicas para os seres humanos — se explicitem, e, mesmo a retomada da acumulação de capital, dada a conjuntura atual, só será possível com um extremo aprofundamento da exploração do trabalho, a fim de expandir a taxa de mais-valia. O re-

¹ Rudolf Hilferding (1877-1941): economista austríaco marxista e médico, foi líder da social-democracia alemã durante a República de Weimar. Proponente da leitura “econômica” de Karl Marx, foi um dos primeiros a seguir a teoria do “capitalismo organizado”. Rebatendo a teoria de Marx acerca da instabilidade e de um eventual colapso do capitalismo, argumentava que a concentração do capital estaria caminhando para a estabilização. Hilferding editou publicações como *Vorwärts*, *Die Freiheit* e *Die Gesellschaft*. Sua obra mais conhecida é *Das Finanzkapital* (O capital financeiro). (Nota da IHU On-Line)

sultado disso para os trabalhadores é o aprofundamento da atual lógica. O que poderia mudar, lá adiante, é a lógica da apropriação dessa mais-valia produzida, com menor participação da lógica fictício-especulativa. Isso é meramente uma possibilidade, mas mesmo aí o capitalismo tenderá a aprofundar a exploração do trabalho.

IHU On-Line - Quais as principais transformações que o capitalismo neoliberal provocou na estrutura de classes da sociedade brasileira?

Marcelo Carcanholo - Pelo fato de que o capitalismo neoliberal (contemporâneo) corresponde ao domínio da lógica do capital fictício, meramente apropriador de mais-valia, sem produzi-la dire-

“As principais empresas ‘produtivas’ da sociedade brasileira possuem, hoje em dia, bancos e, portanto, atuam também com uma lógica fictício-especulativa”

tamente, tende-se a acreditar que isso produziu um fracionamento determinístico na classe burguesa entre capitalistas produtivos e capitalistas “financeiros”. Isto é um equívoco. De fato, esse fracionamento das formas do capital se aprofundou na atualidade, mas trata-se ainda de conteúdo-capital, por mais que se manifeste em outras formas. Isso, do ponto de vista social, nos permite entender como mesmo os capitalistas “produtivos” são também “financeiros”. As principais empresas “produtivas” da sociedade brasileira possuem, hoje em dia, bancos e, portanto, atuam também com uma lógica fictício-especulativa. Além do mais, distintos arranjos econômicos podem unificar frações de classe que, por alguma razão, estivessem efe-

tivamente fracionadas em seus interesses. O melhor exemplo disso foi depois da crise cambial brasileira em 1999, quando a desvalorização do câmbio permitiu atender os interesses da burguesia agrário-exportadora, ao mesmo tempo em que, aliado ao ciclo de alta na liquidez internacional, essas maiores exportações permitiam a entrada de divisas, o que atende os interesses meramente patrimonialistas do capital fictício-especulativo. Essa conjuntura unificou as três frações de classe da burguesia brasileira (agrário-exportadora, “financeira” e “produtiva”). Tudo isso em pleno governo do Partido dos Trabalhadores, o que nos leva a outra questão.

No capitalismo contemporâneo, a lógica do capital fictício é tão hegemônica que até os trabalhadores passam a se comportar como se fossem proprietários de capital. Isso ocorre porque, quando os trabalhadores conseguem poupar alguma parcela de seus salários, do ponto de vista individual, aparece a questão: onde aplicar? Entra-se exatamente no terreno do capital fictício, de forma que os trabalhadores se sentem proprietários de um capital. Do ponto de vista das classes sociais, isso aprofunda também o fracionamento de interesses dentro da própria classe trabalhadora, algo já apontado pela reestruturação produtiva neoliberal.

IHU On-Line - Se Marx previu a natureza da economia mundial no início do século XXI, com base na análise da “sociedade burguesa”, 150 anos antes, que espécie de previsões podemos fazer para nossa economia a partir da sociedade que temos hoje, baseada em valores consumistas e na autonomia?

Marcelo Carcanholo - Sendo conseqüente com sua perspectiva teórico-metodológica, Marx tratava a História como um processo aberto. Existem leis de tendência em uma sociabilidade que definem o leque de opções para o futuro, mas, dentro desse leque, o rumo efetivo da época social em questão possui uma determinação sociopolítica. Os seres humanos decidirão, coletiva e conflituosamente (diferentes classes sociais), qual será o rumo efetivo. O que ocorrerá daqui

para frente? O socialismo, rumo a uma sociedade comunista? Não há nenhuma garantia disso. Só ocorrerá se os seres humanos se propuserem a isso, e se, de fato, esse projeto for historicamente exequível. Uma nova forma de manifestação histórica do capitalismo? Pode ser. Mas, se assim for, continuarão imperando as leis gerais de seu funcionamento. As crises cíclicas dentre elas, mas existe outra mais trágica para o destino da humanidade: a acumulação de capital desenfreada com a utilização de recursos naturais e produtivos que isso requer, sem nenhuma preocupação com a sua renovação e sustentabilidade. O fim disso é facilmente antevisto.

IHU On-Line - Você considera razoável a previsão de Marx de que o capitalismo seria substituído por um sistema administrado ou planejado socialmente? Há elementos de mercado que poderiam sobreviver em algum sistema pós-capitalista?

Marcelo Carcanholo - Marx não fez nenhuma previsão sobre a inexorabilidade do socialismo/comunismo. Quando ele falou em necessidade de transformação social, queria dizer que, se o ser humano não implementar uma transformação emancipatória na sua sociabilidade, todos os problemas de alienação, subordinação à lógica do capital, exploração etc. continuariam. Portanto, a transformação social era uma necessidade para uma afirmação do ser humano (social) para si; ali começaria, de fato, a sua história. Se essa época social fosse possível e obtida, a condição necessária para que ela se apresentasse (com o nome que seja, socialismo, comunismo...) era a de que as relações entre os seres humanos fossem imediatamente sociais, e não intermediadas, seja por produtos do trabalho (mercadorias transacionadas no mercado) e/ou por uma instância externa que definisse de antemão o que, como, quanto e para quem se produz. Sendo assim, uma sociedade emancipada que viva sob a lógica da sociabilidade mercantil (onde as relações sociais estão subordinadas ao movimento das mercadorias) é uma contradição insuperável. O socialismo, para ser uma fase de transição para

o comunismo, não pode aprofundar a lógica mercantil, ainda que pequenos espaços onde se troquem fortuitamente coisas possam existir, mas não como norma de sociabilidade.

IHU On-Line - Baseados em Marx, podemos afirmar que o neoliberalismo se aproxima do fim?

Marcelo Carcanholo - Independente de uma interpretação marxista, parece que o período neoliberal manifestou sua crise ideológica e política de forma aguda com esta crise financeira atual. Isso por uma razão muito simples. A única “saída” para o capital é contar com a atuação incisiva e decisiva do Estado na monetização de grande parte dos créditos podres explicitados na crise. Isto significa que o Estado arcaria com esses prejuízos, no sentido de que adquire esses títulos sem nenhuma liquidez (sem possibilidades de revenda em mercados secundários), no final das contas, a custas do tesouro. Em um contexto como esse, fica difícil sustentar qualquer aporia (neo)liberal. Entretanto, é preciso lembrar que isso já aconteceu antes. O que a História nos mostra é que, após um bom período de crescimento na acumulação do capital, esse tipo de ideário acaba voltando, com uma ou outra roupagem. Isso se deve ao fato da ideologia (neo)liberal explicitar de forma mais clara a defesa e propaganda da lógica da economia mercantil-capitalista.

IHU On-Line - Como o senhor avalia a economia brasileira, a partir do sentimento ufanista de crescimento econômico? Quais os riscos do Brasil ser atingido pela turbulência internacional?

Marcelo Carcanholo - Independente de qualquer coloração teórico-ideológica, há consenso entre os interpretes que a economia brasileira não ficará imune — ao contrário do que pensou inicialmente nosso presidente — aos impactos da crise financeira. Isso, basicamente, por duas razões. Do ponto de vista do ciclo de liquidez internacional, entramos agora na fase de descenso, ou seja, há escassez no mercado de crédito internacional, pois existe uma crescente demanda por financiamento dos ativos podres. A tentativa dos Ban-

cos Centrais no mundo é a de, por vários instrumentos, sancionar/ratificar esse excesso de demanda, mas o que até agora se viu é que essas tentativas não tiveram sucesso. Isso significa que o excesso de demanda será precificado, isto é, as taxas internacionais de juros subirão, o que reduzirá o fluxo de capitais para a economia brasileira, ao mesmo tempo em que obrigará a elevação das taxas internas de juros. Por outro lado, a recessão mundial freará o crescimento de nossas exportações, reduzindo os preços das commodities e a demanda pelos nossos produtos. Os dois efeitos, em conjunto, significam que os problemas estruturais da economia brasileira em suas contas externas voltarão a se explicitar, após uma fase meramente conjuntural (em razão do cenário externo), de relativo alívio. A restrição estrutural ao crescimento em função do estrangulamento externo voltará com toda sua força.

IHU On-Line - O senhor acredita que a atual crise irá suscitar uma renovação política mundial? Em que sentido o senhor vislumbra mudanças?

Marcelo Carcanholo - É possível, mas, mais uma vez, meramente possível. O que está em jogo neste momento é a capacidade da economia norte-americana exercer sua hegemonia através de sua moeda como medida internacional dos valores, como dinheiro mundial. A crise financeira atual, sob a lógica do capital fictício, poderá significar uma brutal desvalorização, em dólar, dos ativos que o compõe. Dependendo do tamanho dessa desvalorização, o dólar pode ser questionado como padrão monetário internacional. Entretanto, se as taxas de juros americanas subirem, refletindo a enorme falta de crédito em seu mercado, os capitais internacionais podem fluir novamente para a economia americana provocando o efeito inverso; uma tendência de valorização do dólar. Quanto mais para um lado, como para outro, dependerá da capacidade que a economia americana tiver de atender a demanda por liquidez e, portanto, dessa demanda não ser precificada em elevação de seus juros e os conseqüentes impactos cambiais.

“A crise financeira é só a manifestação da crise da sociedade capitalista”

Para o economista Paulo Nakatani, a crise financeira só ocupou o centro das atenções porque está levando à falência muitos capitalistas

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

“**O**s escritos de Marx nos permitem entender que o desenvolvimento capitalista é o caminho para a destruição da própria humanidade”, assegura Paulo Nakatani, economista e presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Na entrevista que segue, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele afirma que a atual crise pode gerar conseqüências ainda mais negativas, principalmente para o mundo do trabalho. No contexto em que aparentemente há uma redução das desigualdades sociais e da miséria, a precarização do trabalho tende a aumentar com “a elevação da taxa de exploração do trabalho pela maior intensidade do trabalho, a super-exploração de trabalhadores da periferia do sistema pela deslocalização das firmas e pelo aumento da extensão da jornada de trabalho”, aponta o pesquisador. Além de estar “em guerra quase permanentemente em algum lugar do planeta, há décadas”, a crise do capitalismo ainda vai “destruir ferozmente uma massa gigantesca de recursos naturais”, afirma.

Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Nakatani cursou mestrado na Université de Paris X, doutorado na Université de Picardie e pós-doutorado na Université de Paris XIII. Membro do conselho editorial da Revista de Economia Crítica, Nakatani também é professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O pesquisador é responsável pela organização do livro *Crise ou regulação. Ensaios sobre a teoria da regulação* (Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1994).

IHU On-Line - Por que hoje muitos retomam Marx como o centro das atenções no debate sobre a crise financeira internacional? Em que sentido as teorias marxistas contribuem para compreendermos a crise no sistema financeiro?

Paulo Nakatani - Como nenhuma das correntes da teoria econômica burguesa tem resposta para as crises econômicas ou suas respostas são insuficientes, alguns economistas e cientistas sociais tentam encontrar em Marx respostas para a crise financeira atual. Outros o fazem por oportunismo. O que chamo de teoria econômica burguesa é constituída por todas as correntes derivadas do neoclassicismo e inclusive os keynesianos e pós-keynesianos. Todas elas defendem o capitalismo e não vislumbram nenhuma saída para a crise

fora do modo de produção capitalista.

Clássicos econômicos ainda podem explicar as crise?

Um dos fundamentos da teoria neoclássica é o equilíbrio. Portanto, não pode haver crise, a não ser por fatores externos. Quer dizer, a “culpa” é sempre dos outros, nunca do capital. São estes economistas, naturalmente junto com políticos no poder, escolas, meios de comunicação etc. que capitanearam as idéias, proposições e políticas econômicas chamadas de neoliberais que nos conduziram à situação atual. Eles estão incrustados em todos os níveis e esferas da economia e do Estado, defendendo essas idéias, sugerindo as atuais medidas de inter-

venção e agravando ainda mais a crise do capital.

Os keynesianos e pós-keynesianos acreditam, em maior ou menor grau, que o capitalismo pode ser regulado pelas intervenções do Estado. O principal equívoco deles, nesse caso, é que eles consideram que o Estado e o Mercado são instituições distintas e que uma pode intervir ou interferir na outra. Ao contrário das teorias marxistas do Estado, nas quais a sociedade capitalista é uma totalidade contraditória em sua própria natureza.

Em síntese, a busca ou o retorno a Marx é a necessidade que alguns têm de compreender a natureza da crise. Isso porque Marx demonstrou há mais de um século que o capitalismo é uma forma de organização da sociedade que traz em si mesma as crises peri-

ódicas. Ou seja, a crise faz parte do modo de existência da sociedade e do modo de produção capitalista.

Além disso, Marx é o teórico que estabeleceu os fundamentos que considero mais adequados para a compreensão das crises financeiras, infelizmente no livro III de *O capital*, que poucos marxistas leram com atenção. Nessa parte de *O capital*, ele desvenda todos os mecanismos da esfera financeira e como a expansão dessa esfera produz os fundamentos de uma crise financeira capitalista. Naturalmente, em razão das condições do desenvolvimento do capitalismo no século XIX, há ainda muita coisa a desenvolver a partir dos fundamentos teóricos que Marx apresentou. A categoria teórica fundamental é a do capital fictício, presente nos dias de hoje na gigantesca dívida pública, no enorme crescimento do valor acionário das empresas e no monumental volume de crédito criado pelas instituições financeiras.

IHU On-Line - Em que sentido Marx pode ser visto como um caminho para entender a natureza do desenvolvimento capitalista?

Paulo Nakatani - Para Marx, o desenvolvimento capitalista é o desenvolvimento da sua contradição fundamental entre as forças produtivas e das relações de produção. Vivemos hoje uma época em que as forças produtivas desenvolvidas pelo capital permitiriam a supressão da miséria, da fome, das desigualdades etc. Mas as relações capitalistas de produção, ou seja, a apropriação privada da riqueza produzida impede a organização de uma forma de sociedade mais eqüitativa e igualitária. É exatamente essa contradição, entre produção e apropriação da riqueza que está se manifestando através da crise financeira.

Além disso, o desenvolvimento do modo de produção capitalista é extremamente predador tanto da força de trabalho quanto da natureza. Os escritos de Marx nos permitem entender que o desenvolvimento capitalista é o caminho para a destruição da própria humanidade. Por exemplo, o padrão de consumo atual, criado pelo capital, é inviável no longo prazo. Ele só é possível nos dias de hoje, porque

“Antes desse pico de desvalorização do capital fictício nas bolsas, os ministros do trabalho da União Européia já haviam decidido implementar em seus respectivos países uma jornada de trabalho de até 65 horas semanais”

é restrito a apenas 20% da população mundial.

IHU On-Line - A crise atual pode alterar o valor trabalho?

Paulo Nakatani - A crise atual não altera em nada a teoria do valor trabalho. A riqueza capitalista continua sendo, e continuará enquanto o modo de produção capitalista for dominante, baseada na exploração do trabalho. O que a crise pode alterar, como ocorreu nas crises anteriores, é a elevação da taxa de exploração do trabalho pela maior intensidade do trabalho, a super-exploração de trabalhadores da periferia do sistema pela deslocalização das firmas e pelo aumento da extensão da jornada de trabalho. Junto a isso, podemos acrescentar a precarização do trabalho. Por exemplo, antes desse pico de desvalorização do capital fictício nas bolsas, os ministros do trabalho da União Européia já haviam decidido implementar em seus respectivos países uma jornada de trabalho de até 65 horas semanais. Isso é um indicador de que o que Marx definiu como aumento da taxa de exploração através da mais-valia relativa está encontrando alguns limites e, portanto, é necessário aumentá-la através da forma absoluta de exploração da força

de trabalho, um retorno aos séculos XVIII e XIX, com toda a propalada ideologia da economia do conhecimento, das novas tecnologias, das tecnologias de informação e comunicação etc.

IHU On-Line - Em que sentido Marx nos ajuda a entender as profundas contradições do mundo atual no que se refere às crises econômicas e mundo do trabalho?

Paulo Nakatani - Para Marx, as crises capitalistas decorrem do excesso de produção, ao contrário das crises pré-capitalistas, quando ocorriam devido às insuficiências na produção. Em última instância, a crise capitalista é o resultado do excesso de produção de capital e de bens de consumo. Assim, mesmo que haja milhões de pessoas morrendo de fome, há superprodução, porque as pessoas não dispõem de renda para comprar. Paralelamente, o excesso de capital acumulado, não encontrando espaços de acumulação na esfera real, onde se produz mercadorias para atender as necessidades humanas, dirige-se à esfera financeira. Essa, parafraseando Marx, aparentemente “cria dinheiro como uma pereira produz peras”. Só que o dinheiro no capitalismo contemporâneo é muito mais complexo do que na época de Marx, mas ele já havia avançado no livro III de *O capital* todos os elementos para sua compreensão. O dinheiro hoje é dinheiro de crédito e como crédito é, em sua essência, capital portador de juros.

Em relação ao chamado “mundo do trabalho”, não é exatamente uma categoria marxista. Pode-se dizer que é uma expressão criada pela corrente pós-moderna para escapar da categoria proletariado, que acabou sendo adotada por muito marxistas e costumamos utilizá-la correntemente. Essa é uma discussão mais complexa, na qual o ponto principal é a perda do proletariado em seu papel de principal protagonista na luta de classes e da revolução.

O que posso dizer, nesse curto espaço, é que o trabalho sempre foi e continua sendo uma categoria fundamental do marxismo e da realidade da exploração capitalista. As mudanças ocorridas na esfera da produção com a

introdução de novas máquinas, comandadas por computador, e novas formas de organização do trabalho, não mudaram significativamente as relações entre capital e trabalho e a exploração dos trabalhadores. O que aconteceu é que essas transformações ocorridas na esfera produtiva aumentaram aceleradamente a taxa de exploração da força de trabalho, precarizaram o trabalho produtivo e ampliaram as atividades além do que era realizado pelos operários industriais. Esses foram freqüentemente confundidos com o proletariado, ou seja, esta categoria é muito mais ampla do que a do operariado industrial.

IHU On-Line - A crise financeira internacional já atingiu a economia real? Que transformações podem ocorrer na economia brasileira caso a crise persista?

Paulo Nakatani - A crise financeira é só a manifestação da crise da sociedade capitalista. Ela só ocupou o centro das atenções porque está destruindo vorazmente uma massa enorme de capital fictício e levando à falência muitos capitalistas.

A crise do capitalismo já está presente na esfera real há muito tempo. Ela já produziu bilhões de seres humanos que devem viver abaixo da linha da pobreza e da miséria, destruiu ferozmente uma massa gigantesca de recursos naturais e está em guerra quase permanente, em algum lugar do planeta, há décadas.

Risco Brasil

Em termos mais específicos, a crise financeira já atingiu a produção e o emprego tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e Japão. Ou seja, o desemprego está crescendo e a produção diminuindo. O mesmo está ocorrendo no Brasil, com um agravante que é a pressão sobre a inflação decorrente da acelerada desvalorização cambial ocorrida entre setembro e outubro.

Caso ela continue dessa forma por mais tempo, a vulnerabilidade externa tenderá a crescer e as reservas internacionais não serão suficientes para evitar uma maior desvalorização do

real e novas pressões inflacionárias. Um aspecto positivo é que a queda no índice da bolsa está desvalorizando os ativos financeiros dos capitalistas estrangeiros que possuíam mais de US\$ 230 bilhões em carteira na BMF-BOVESPA no final de agosto.

Além disso, as indústrias brasileiras que dependem de insumos importados já programaram férias coletivas para seus operários, os produtos importados já aumentaram de preço, e todas as estimativas apontam para uma queda no crescimento do PIB.

No curto prazo, não deverá ocorrer nenhuma grande transformação, e como sempre os trabalhadores serão os mais penalizados na medida em que as perdas dos capitalistas serão pagas pelos trabalhadores, através do Estado, como está ocorrendo nos países do centro do capitalismo. A política econômica do governo Lula privilegia há muito tempo os capitalistas e especuladores internacionais e não deve ser agora que irá ser mudada.

No longo prazo, não é possível ter nenhuma avaliação. Tudo vai depender do desenrolar da crise e do papel dos movimentos sociais. Refiro-me aos movimentos sociais porque os maiores e principais partidos de esquerda no Brasil abandonaram a luta pelo socialismo e aderiram de uma forma ou de outra à ideologia neoliberal. Isso não exclui a possibilidade de algum partido, ainda pequeno, possa assumir a liderança e fazer avançar a luta pelo socialismo.

IHU On-Line - Quais as principais transformações que o capitalismo neoliberal provocou na estrutura de classes da sociedade brasileira? Que projeções podemos vislumbrar para o futuro, levando em consideração o atual momento financeiro?

Paulo Nakatani - A estrutura de classes não foi fundamentalmente modificada pelo neoliberalismo. As novas tecnologias e formas de organização da produção foram muito mais importantes para as modificações no seio dos trabalhadores assalariados. As técnicas de organização da produção introduzidas desde os anos 1970 transferiram para o próprio trabalhador a tarefa de controlar e vigiar a si próprio e a

seus colegas de trabalho, permitindo aos capitalistas suprimirem as funções de vigia e controle da produção, como ocorria no período dominado pela organização fordista/taylorista.

Assim, sua manifestação concreta atual aparece muito mais complexa e diversificada. Por isso, o projeto neoliberal conseguiu dividir cada vez mais a classe trabalhadora, na qual cada fração acaba enfrentando outra, beneficiando ao capital em detrimento dos trabalhadores. Por essas razões, qualquer projeção sobre o futuro é muito arriscada. Eu espero que as condições objetivas permitam que os movimentos sociais e os partidos revolucionários avancem na luta de classes e conduzam a uma transformação revolucionária da sociedade brasileira.

IHU On-Line - Em que medida a interferência do Estado pode evitar colapsos como este que está abalando o sistema financeiro?

Paulo Nakatani - O ponto de vista dos reformistas e sociais democratas é que é possível que o Estado possa regular o capital e transformar o capitalismo em uma sociedade menos desigual e mais justa. Do ponto de vista do marxismo, isso não é possível. Somente uma revolução poderá fundar as bases para a construção de uma nova forma de sociedade mais justa, igualitária e solidária.

A intervenção do Estado tem como limite as leis próprias à acumulação do capital. Assim, o Estado não pode suprimir as crises do capital, mas pode acelerar ou amenizar seus efeitos estendendo-a no tempo. Mais ainda, o desenvolvimento das contradições internas do próprio capital não permite mais que a ação do Estado possa vir a gerar um novo ciclo virtuoso de expansão da economia mundial. O que ainda pode ocorrer são períodos de expansão limitados no tempo e em algumas regiões particulares. É o que alguns autores, como Samir Amin¹ e Jorge

¹ Samir Amin (1931): economista egípcio neomarxista. Realizou estudos sobre política, estatística e economia, em Paris. Entre 1960 e 1963, atuou como conselheiro do governo de Mali, e em 1970 foi diretor do Instituto Africano de Desenvolvimento Econômico e Planejamento, em Dakar, Senegal. Atualmente, é diretor do Fórum do Terceiro Mundo, uma associação internacional formada por intelectuais da África.

Beinstein,² chamaram de fase de senilidade do capitalismo.

IHU On-Line - O senhor acredita que a atual crise irá suscitar uma renovação política mundial? Em que sentido o senhor vislumbra mudanças?

Paulo Nakatani - Eu não acredito em qualquer mudança significativa nessas elites políticas e econômicas, nem vislumbro nenhuma mudança em suas políticas, projetos, propostas e soluções. Eles têm necessariamente que agir em função das necessidades de reprodução do capital. Além disso, as condições objetivas da crise capitalista exigem que eles se mantenham como são, pois as tentativas de reforma do capital encontram suas barreiras na própria crise do capital.

Segundo Marx, os processos históricos não ocorrem de forma espontânea e em uma seqüência definida, como muitos acreditavam. A construção de uma nova sociedade só pode ocorrer quando a classe trabalhadora assumir a tarefa de efetuar essa construção. Os caminhos desse processo não estão pré-determinados; será um processo de busca de alternativas, com erros e acertos, onde todo o poder deve ser exercido pela maioria da população organizada de forma mais democrática possível.

Nesse sentido, considero que alguns países latino-americanos estão, nesse momento, na vanguarda dos processos de enfrentamento ao capital e aos imperialismos norte-americano e europeu. Refiro-me em particular à Cuba, Venezuela, Bolívia e ao Equador. Nos três últimos países, a luta de classes apresenta-se de forma mais aberta e aguda nos quais se observa a interferência direta dos interesses imperialistas associados às burguesias nacionais. A maior novidade nesses países é que os trabalhadores organizados estão assumindo o poder do Estado capitalista para efetuar a revolução socialista e, nesse sentido, a crise financeira é um momento em que esses países podem avançar ainda mais seus processos de transformação.

ca, Ásia e América Latina, também localizada em Dakar. (Nota da IHU On-Line)

² Jorge Beinstein: economista e professor de Economia da Universidade de Buenos Aires. (Nota da IHU On-Line)

O capitalismo ainda não morreu

Para o economista Claus Magno Germer, o atual momento de crise representa apenas uma certeza: a continuidade da barbárie capitalista

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

“ **A**s crises não constituem anomalias do capitalismo, mas são uma das suas características mais fundamentais”, diz o economista Claus Magno Germer, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em entrevista concedida por e-mail para a **IHU On-Line**. Seguindo a orientação marxista, ele lembra que o economista alemão Karl Marx já advertia: “As crises financeiras não podem ser evitadas, embora possam ser atenuadas, ou acentuadas, em certa medida, pelo Estado”. Segundo Germer, a crise financeira em curso é prova concreta dos ensinamentos de Marx, a respeito da impossibilidade de reverter quadros como o apresentado no decorrer dos últimos meses. Mesmo com a adoção de inúmeras medidas para conter colapsos financeiros, explica, “as crises sucedem-se porque fazem parte da natureza do capitalismo, e são por esta razão inevitáveis”. Marx dizia ainda “que medidas que se destinam a atenuar as contradições do capitalismo em nível apenas as projetam para um nível mais elevado, no qual explodem em crises mais graves”. Nesse sentido, a atual crise financeira, embora assustadora, é seqüência de outras crises monetárias, bancárias e financeiras do capitalismo.

Graduado em Agronomia, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mestre em Economia Agrária, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, e doutor em Ciências Econômicas, pela Universidade Estadual de Campinas, Germer é professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Experiente na área econômica, com ênfase em teoria monetária e financeira, o pesquisador escreveu a tese de doutorado *Dinheiro, capital e dinheiro de crédito – O dinheiro segundo Marx*.

IHU On-Line - De que maneira Marx pode ser visto como um caminho para entender a natureza do desenvolvimento capitalista?

Claus Magno Germer - A teoria econômica de Marx distingue-se das demais pelo fato de reconhecer o caráter transitório, em termos históricos, do capitalismo. Ou seja, concebe o capitalismo como uma forma de sociedade que não é eterna, mas que nasce e chega a um fim como resultado da ação de causas objetivas que se desenvolvem espontaneamente no seu interior. O enfoque dialético de Marx o levou a procurar identificar as forças motrizes da mudança, e as encontrou nas contradições residentes no âmago do capitalismo, cujo núcleo é a oposição de interesses entre as classes fundamentais – a burguesia e a classe trabalhadora –, que se desdobra em um conjunto de contradições em diferentes níveis e dimensões da sociedade capitalista. No plano especificamente econômico, Marx foi o primeiro autor a conceber as crises periódicas não como fenômenos estranhos ao capitalismo, mas como momentos constituintes do desenvolvimento do mesmo. Portanto, a teoria de Marx nos mostra o capitalismo como uma forma de sociedade que se

transforma e se move, de modo cíclico, em uma direção determinada — a sua própria superação — movida por tensões intrínsecas à sua estrutura.

IHU On-Line - Qual a importância de Marx para fazermos uma crítica à economia política? Como ele contribui para entendermos a crise financeira atual?

Claus Magno Germer - Há duas linhas de crítica de Marx no campo da teoria econômica. Uma delas, a mais importante, é a crítica da economia política clássica, representada principalmente por Ricardo, à qual se refere o subtítulo da sua obra-prima — *O capital: crítica da economia política*. Marx tinha em alta conta os autores mais destacados desta teoria, como Smith¹ e Ricardo, embora deles divergisse em aspectos fundamentais. A outra linha crítica foi endereçada por Marx ao que denominou economia vulgar. Esta era representada, na sua época, pelos precursores do que viria a ser a escola neoclássica. Marx a denominava vulgar porque, ao invés de uma teoria, constituía, no essencial, na sua opinião, um esforço de justificação do capitalismo. Este esforço tinha como núcleo central a negação de características fundamentais do capitalismo, principalmente o trabalho como fonte da riqueza, a instabilidade intrínseca e a propensão a crises periódicas, o caráter transitório do capitalismo, entre outras. A primeira linha crítica foi concluída por Marx e encontra-se consubstanciada em

O capital e está, neste sentido, superada. Conseqüentemente, a importância atual da obra de Marx, no terreno da polêmica teórica, reside na sua crítica à economia vulgar, hoje materializada na teoria neoclássica, como expressão do esforço continuado de justificação do capitalismo e não de compreensão científica das suas características.

No terreno específico das crises do capitalismo, Marx afirmou com clareza e rigor o caráter cíclico do capitalismo, isto é, que este desenvolve-se através de uma sucessão de fases de expansão

**“O Estado e o mercado
são, juntamente com
a economia,
componentes do
sistema integrado que
é a sociedade
capitalista”**

e de retração ou crise. Foi o primeiro autor a rejeitar vigorosamente a chamada lei de Say,² uma das pedras angulares da ideologia de justificação neoclássica, que implica que crises gerais são impossíveis. Uma das alavancas da acumulação e uma das causas fundamentais das crises é o sistema de crédito. Marx distinguiu dois tipos de crises: as crises do setor produtivo, ou crises gerais, e as crises bancárias ou financeiras, que podem ocorrer separada ou conjuntamente. As crises são momentos necessários, porque constituem a solução de contradições inerentes ao processo de acumulação, que se avolumam durante a fase de expansão precedente, até o momento da inevitável explosão. Assim sendo, as crises são vistas como momentos de restabelecimento das condições que viabilizam a continuidade da acu-

mulação, mas que ao mesmo tempo fragilizam moral e politicamente o sistema, porque expõem as suas contradições e fomentam o florescimento das potências teóricas e práticas, transformadoras da sociedade.

IHU On-Line - Em que medida a interferência do Estado pode evitar colapsos como este que está abalando o sistema financeiro atual?

Claus Magno Germer - A resposta marxista a esta pergunta é que as crises financeiras não podem ser evitadas, embora possam ser atenuadas, ou acentuadas, em certa medida, pelo Estado e o Banco Central, como se pode observar na contundente crítica de Marx à lei bancária inglesa da sua época. Esta resposta decorre do exposto acima: as crises não constituem anomalias do capitalismo, mas são uma das suas características mais fundamentais. Elas não resultam de defeitos do capitalismo, mas das suas maiores virtudes. A acumulação, que é a virtude suprema e a razão de ser do capitalismo, conduz periódica e inevitavelmente a crises, crises de superacumulação ou crises financeiras. Uma prova de que as crises não podem ser evitadas é a própria crise financeira em curso, que ameaça converter-se em uma das mais graves crises da história do capitalismo, a despeito da grande quantidade de supostos mecanismos de prevenção de crises, elaborados a partir da grande depressão dos anos 1930 e continuamente aperfeiçoados. Os bancos centrais foram dotados do poder de “regular” a oferta monetária e o crédito, de supervisionar e intervir no sistema bancário; leis foram elaboradas com a finalidade de “disciplinar” o sistema bancário e os mercados de capitais; criaram-se mecanismos automáticos de “contenção” dos pânico financeiros nas bolsas de valores, assim como órgãos encarregados de supostamente assegurar a “transparência” destes mercados; elaborou-se uma lista interminável de indicadores econômicos e financeiros e de modelos econométricos, com a finalidade de antecipar o futuro e prevenir crises etc. A despeito de tudo isto, as crises sucedem-se porque fazem parte da natureza do capitalismo, e só deixarão

¹ Adam Smith (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica. A *riqueza das nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para um novo entendimento do mecanismo econômico da sociedade, quebrando paradigmas com a proposição de um sistema liberal, ao invés do mercantilismo até então vigente. Outra faceta de destaque no pensamento de Smith é sua percepção das sofríveis condições de trabalho e alienação às quais os trabalhadores encontravam-se submetidos com o advento da Revolução Industrial. O Instituto Humanitas Unisinos promoveu em 2005 o I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. No segundo encontro deste evento, a professora Ana Maria Bianchi, da USP, proferiu a conferência *A atualidade do pensamento de Adam Smith*. Sobre o tema, concedeu uma entrevista à IHU On-Line número 133, de 21-03-2005. Ainda sobre Smith, confira a edição 35 do *Cadernos IHU Idéias*, de 2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrito por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível para download no sítio do IHU. (Nota da IHU On-Line)

² Lei de Say: lei econômica, que se manteve como princípio fundamental da economia ortodoxa até a grande depressão de 1930. Foi formulada por Jean-Baptiste Say (1767-1832), economista francês. (Nota do IHU On-Line)

de existir quando o próprio capitalismo deixar de existir.

Uma crise sem fim

Marx insistiu em afirmar que todas as medidas que se destinam a atenuar as contradições do capitalismo em um nível apenas as projetam para um nível mais elevado, no qual explodem em crises ainda mais graves. A experiência das últimas décadas parece uma comprovação desta afirmação. Muitos dos mecanismos que impedem a eclosão da crise em dado momento têm apenas o efeito de adiá-la, permitindo com isto que o seu potencial destrutivo cresça mais. Deve-se lembrar que a crise atual é apenas mais uma de uma seqüência de crises monetárias, bancárias e financeiras que acometem o capitalismo, na nossa época, desde os anos 1960, com intensidade crescente.

IHU On-Line - Se Marx previu a natureza da economia mundial no início do século XXI, com base na análise da "sociedade burguesa", 150 anos antes, que espécie de previsões podemos fazer para nossa economia a partir da sociedade que temos hoje, baseada em valores consumistas e na autonomia?

Claus Magno Germer - Marx foi um cientista, não um profeta. Elaborou uma representação teórica do capitalismo. Se a teoria de um fenômeno o representa adequadamente, ela permite antecipar a ocorrência das principais características do desenvolvimento do fenômeno. A teoria de Marx sobre o capitalismo é uma teoria deste tipo, motivo pelo qual lhe permitiu não só explicar a natureza do capitalismo e do seu funcionamento, como ainda antecipar características que só se tornaram visíveis mais tarde. Além do seu pioneirismo na admissão e explicação teórica das crises, Marx explicou e antecipou o processo geral de centralização do capital que está na base da fase monopolista do capitalismo, inaugurada no final do século XIX; explicou a tendência, amplamente comprovada, de queda cíclica da taxa média de lucro; antecipou e fundamentou teoricamente a existência permanente do desemprego no capitalismo; antecipou o processo de proletarianização crescente da população,

“Os dois ou três trilhões de dólares das operações de salvamento articuladas até este momento pelos governos dos países capitalistas centrais destinam-se a salvar instituições financeiras, mas nada ou muito pouco se diz sobre o destino dos devedores não-capitalistas e dos trabalhadores lançados no desemprego”

que pode ser ilustrado pelo crescimento contínuo da proporção do proletariado industrial na população, que passou de apenas cerca de 5% da população mundial no início do século XX para mais de 30% no início do século XXI; antecipou o processo de aumento da polarização entre uma minoria de ricos e uma maioria de pobres, que é ilustrada cotidianamente nos meios de comunicação pelas estatísticas da pobreza e da miséria em escala continental, abarcando pelo menos dois terços da população mundial atual. Estes dados ilustram a antecipação mais importante que decorre da teoria de Marx: de que a intensificação progressiva, embora cíclica, da contradição entre a socialização crescente do trabalho e da produção, isto é, da riqueza, e a privatização crescente desta riqueza e sua concentração nas mãos de uma minoria cada vez mais diminuta, representa o crescimento das potências transforma-

doras inerentes ao capitalismo e conducentes ao seu fim. Esta contradição se resolverá, por imposição das circunstâncias, através da abolição da propriedade privada dos meios de produção e a instituição da propriedade social, e da conseqüente abolição do motivo egoísta do lucro como base da regulação do trabalho e da produção social e sua substituição pelo critério do atendimento das necessidades da coletividade, em uma palavra, através do socialismo.

Portanto, embora não se possa fazer previsões precisas, dada a complexidade do processo histórico, o que se pode dizer com base na teoria de Marx é que o capitalismo continuará apresentando uma seqüência de expansões e crises, ao longo das quais as contradições enumeradas acima se acentuarão, também de modo cíclico, ampliando a instabilidade global do sistema.

IHU On-Line - Qual a importância do Estado e da regulação dos mercados para recuperação da ordem financeira internacional?

Claus Magno Germer - O marxismo não é ingênuo em relação à natureza e funções do Estado. O Estado e o mercado são, juntamente com a economia, componentes do sistema integrado que é a sociedade capitalista. O Estado é um órgão do capital, isto é, de representação dos interesses da classe capitalista. Conseqüentemente, os instrumentos de regulação que utiliza destinam-se a preservar os interesses e o domínio desta classe e do processo de acumulação de capital. Nas crises, a ação do Estado consiste em socializar os custos, isto é, “sanear” a contabilidade de bancos e empresas mais atingidos, lançando o passivo sobre a sociedade, especialmente sobre os trabalhadores e pobres em geral. É o que está ocorrendo atualmente: os dois ou três trilhões de dólares das operações de salvamento articuladas até este momento pelos governos dos países capitalistas centrais destinam-se a salvar instituições financeiras, mas nada ou muito pouco se diz sobre o destino dos devedores não-capitalistas e dos trabalhadores lançados no desemprego, ou sobre a origem destes recursos.

IHU On-Line - A crise financeira pode suscitar uma renovação na política mundial?

Claus Magno Germer - Uma mudança substancial na esfera política mundial é possível e desejável. Mas a renovação mais importante não consistiria em uma nova instrumentalização da intervenção do Estado capitalista na economia. Quaisquer que sejam as características desta intervenção, ela destina-se sempre a assegurar os interesses da classe capitalista e da acumulação, em detrimento dos da classe trabalhadora e da população em geral. A renovação desejável é de outra natureza. As últimas duas décadas, pelo menos, foram palco do desfile triunfal, sem contestação significativa possível, da ideologia das excelências do mercado, isto é, do capital. A classe trabalhadora e suas necessidades e aspirações viram-se reduzidas a um apêndice sem importância. A intensificação da exploração da força de trabalho e o aumento do empobrecimento em massa atingiram todos os continentes. O desemprego em massa provocado pelo processo geral de reestruturação técnica e econômica do capital, a nível mundial, jogou os trabalhadores na defensiva e os condenou a assistir, com pouca ou nenhuma resistência possível, à abolição de direitos duramente conquistados em quase dois séculos de lutas renhidas. A expectativa otimista é que o fracasso das promessas grandiloquentes de abundância e felicidade eternas, por parte dos ideólogos do “livre mercado”, nas últimas décadas, expresso em uma crise catastrófica mundial como pode ser a atual, poderá reabrir o debate crítico, teórico e político, sobre a natureza real do capitalismo, sobre as suas imensas contradições, e fazer renascer a consciência da necessidade, e mais ainda da possibilidade real, da sua superação.

Com efeito, manifestações explosivas de descontentamento popular com o capitalismo na sua configuração atual surgem em todos os continentes nos últimos anos. Elas ainda não adquiriram a densidade suficiente para converter-se em um movimento consciente de transformação em direção ao socialismo, mas sua potencialidade neste sentido é indubitável e crescente. Esta é a única renovação política real que se pode vislumbrar. Fora ela, o que se pode vislumbrar é apenas a continuidade da barbárie capitalista atual.

O vexame da economia da bolha financeira é também o vexame da esquerda pós-moderna

Para Robert Kurz, o Estado não pode estancar a desvalorização, mas apenas administrá-la

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

Quando aceitou conceder a entrevista a seguir por e-mail para a **IHU On-Line**, o ensaísta alemão Robert Kurz admitiu que preferia analisar a crise financeira por si só, ao invés de relacioná-la com as teorias de Marx, como foi nossa proposta. E ele acabou conseguindo nos presentear com uma rica e profunda análise do crítico período financeiro pelo qual passa nosso mundo, sem deixar de ressaltar a importância de Karl Marx para compreendermos essa fase. Nas suas respostas, Robert Kurz afirma contundentemente que “os recursos materiais e os agregados científico-tecnológicos, bem como as capacidades e necessidades humanas não podem mais ser comprimidas nas formas básicas do capital. Ou, como Marx o formulou nos ‘fundamentos’, ‘desaba o modo de produção baseado no valor de troca’; manifesta-se a ‘desvalorização do valor’ enquanto limite histórico da valorização do capital”.

Nascido em 1943, Kurz estudou Filosofia, História e Pedagogia. É cofundador e redator da revista teórica *EXIT! – Kritik und Krise der Waren-gesellschaft* (*EXIT! – Crítica e Crise da Sociedade da Mercadoria*). A área dos seus trabalhos abrange a teoria da crise e da modernização, a análise crítica do sistema mundial capitalista, a crítica ao Iluminismo e a relação entre cultura e economia. Publica regularmente ensaios em jornais e revistas na Alemanha, Áustria, Suíça e Brasil. Entre seus livros publicados em português, citamos *O colapso da modernização* (São Paulo: Paz e Terra, 1991), *O retorno de Potemkin* (São Paulo: Paz e Terra, 1994) e *Os últimos combates* (Petrópolis: Vozes, 1998).

IHU On-Line - Em que sentido as teorias de Marx são importantes para se compreender o atual momento de crise no sistema financeiro global?

Robert Kurz - A importância da crítica da economia política feita por Marx, para se explicar a grande crise financeira atual, evidencia-se inicialmente em dois níveis: por um lado, um aspecto fundamental é sua derivação da forma monetária no primeiro volume de *O capital*; por outro, em sua análise do crédito, principalmente no terceiro volume. Nessas questões, aqui, somente poderei tratar alguns pontos elementares. A economia burguesa clássica e neoclássica parte, contrafaticamente, de uma pura economia de bens e de relações naturais de troca entre os sujeitos do mercado. Ela abstrai do dinheiro e fala do “véu do dinheiro” sobre as transações

DIVULGAÇÃO



econômicas “propriamente ditas”. O dinheiro, aí, aparece como mero signo, sem teor próprio, como constructo jurídico baseado numa convenção social ou num decreto governamental. Para que a economia funcione, importa apenas adequar a quantidade de dinheiro à quantidade de bens (teoria da quantidade). Para Marx, em contrapartida, o dinheiro não é o “véu” secundário, mas premissa e veículo central, fim em si mesmo, da valorização (*Verwertung*) capitalista. Ele é a forma de apresentação geral do valor incorporado nas mercadorias, ou seja, do valor agregado, o qual precisa voltar a se transformar na forma monetária, que, por sua vez, já representa seu ponto de partida. Por isso, o dinheiro não pode ser mero signo, mas precisa ter, ele próprio, o caráter de mercadoria, inclusive de “rei” das mercadorias. O dinheiro é “mercadoria genérica” colocada à parte, ou o “equivalente genérico”, cujo “valor utilitário” não consiste em sua utilidade concreta, mas em sua propriedade de representar o valor abstrato ou valor agregado de todo o mundo das mercadorias. Para as transações cotidianas, é verdade que signos monetários podem tomar o lugar da mercadoria-dinheiro propriamente dita, mas, em última instância e principalmente nas crises, o real conteúdo de valor do dinheiro precisa ser resgatado como “mercadoria régia”. Por isso, para Marx, o dinheiro não pode emancipar-se totalmente dos metais nobres como mercadoria monetária; isto não por causa do caráter metálico natural, mas em função do valor social ali representado de forma “concentrada”.

A questão do crédito e dos juros

O crédito emana da subdivisão do capital em capital de produção ou capital-mercadoria, por um lado, e capital monetário ou capital-que-rende-juros, por outro. A duplicação da mercadoria em “mercadoria vulgar” (*gemeiner Warenpöpel*) e dinheiro como “mercadoria régia” repete-se no nível do capital. Na economia burguesa, não existe conexão sistemática entre teoria monetária e teoria do crédito. A noção do dinheiro como “véu” e mero signo encontra-se em contradição com

“O dinheiro não pode ser mero signo, mas precisa ter, ele próprio, o caráter de mercadoria, inclusive de ‘rei’ das mercadorias”

a noção do capital monetário a gerar lucros, como uma espécie de produção *sui generis* de mercadoria. Grosso modo, fazem de conta que a “indústria financeira” seria uma produção de mercadorias tão real quanto, por exemplo, a indústria automotiva. O juro parece uma forma independente de valor agregado. Marx, em contrapartida, mostra o caráter ilusório dessa noção. Ele comprova que o crédito, ou capital que gera lucros, é apenas uma forma derivada, sem formação própria de valor. O juro é o preço da função capitalista do crédito, preço este que precisa ser subtraído do valor social agregado da real produção de mercadorias. Na estatística burguesa, em contrapartida, os “produtos” do capital monetário são somados ao produto social, com o que se distorce o quadro real de valores.

Dinheiro x Dólar

No século XX, o dinheiro e todo o sistema monetário emanciparam-se definitivamente do ouro como mercadoria monetária real – na aparência; o último lance dessa emancipação foi o abandono da convertibilidade do dólar em ouro em 1973. Isto se correlaciona com o fato de que, no período subsequente, o capital monetário também se desacoplou cada vez mais da real produção de mercadorias. O crédito inflado gerou não só formidáveis montanhas de dívidas, que sempre precisavam ser “roladas”, mas adquiriu uma forma de circulação independente de títulos financeiros (ações, títulos hipotecários, derivativos), onde se criaram

valores fictícios de dimensões astronômicas. Na ótica positivista, tratava-se simplesmente de “fatos” que pareciam fundamentar-se a si próprios. Até mesmo teóricos da esquerda explícita ou implicitamente abandonaram a teoria marxista do dinheiro e do crédito, porque na aparência ela estava refutada empiricamente.

A contradição que explica a crise

Esse período de 35 anos desde o fim da convertibilidade do dólar em ouro, que é um período histórico breve, encerrou-se, entretanto, em 2008. Agora se mostra o verdadeiro caráter desse processo. Num processo secular, o capital, em função de crescentes custos preliminares da produção baseada em tecnologia científica, ficou cada vez mais dependente do crédito como antecipação de real valor agregado futuro. As bolhas financeiras crescentes e excessivamente infladas nas últimas décadas arrebentaram, de uma vez por todas, com a conexão entre “capital fictício” e real produção de valor agregado; a antecipação do valor agregado futuro jamais poderá ser resgatada. Essa contradição amadureceu e se descarrega como crise financeira global. Isto destrói não só a ilusão de um crescimento “tocado pelas finanças”, mas também a ilusão do dinheiro como mero signo. Até o momento, o ouro passa por dramática valorização frente a todas as moedas. Mas a remonetarização do ouro não é possível, porque as potências de produção alcançadas historicamente nem podem mais ser representadas como “riqueza abstrata” (Marx) em forma de valor agregado. A desvalorização do dinheiro corresponde à desvalorização da massa de mercadorias. Em outras palavras: os recursos materiais e os agregados científico-tecnológicos e as capacidades e necessidades humanas não podem mais ser comprimidas nas formas básicas do capital. Ou, como Marx o formulou nos ‘fundamentos’, “desaba o modo de produção baseado no valor de troca”; manifesta-se a “desvalorização do valor” enquanto limite histórico da valorização [*Verwertung*] do capital.

O Estado como último credor

Nessa situação, o Estado aparece como *lender of last resort* [credor de último recurso]. Para a teoria burguesa, o Estado não é o outro lado, o lado político da relação de capital, mas uma “instância extra-econômica”. Também na esquerda, a ilusão do Estado tem uma longa tradição. Marx não chegou mais a concluir a formulação da sua teoria do Estado. Mas já nos escritos da sua fase inicial ele criticou a ilusão estatal-política como “falsa causa pública”. Em sua teoria do crédito, no terceiro volume de *O capital*, o crédito do Estado é definido como forma especial do capital fictício, que continua dependente da real valorização do capital. Na verdade, o vexame da ilusão estatal não é de hoje, ilusão esta que esteve em alta após a grande crise na primeira metade do século XX. No Ocidente, a regulação estatal keynesiana e o crescimento induzido pela expansão do crédito estatal no início dos anos 1980 fracassaram por causa da inflação sem limites. No Leste, o capitalismo estatal soviético do “resgate da modernização”, no final dos anos 1980, ficou inadimplente e entrou em colapso. Estas já eram formas em que se apresentava a histórica “desvalorização do valor”. Na virada neoliberal, a intervenção do Estado, supostamente “extra-econômica”, foi responsabilizada pelo dilema e substituída por um radicalismo de mercado. Essa virada, porém, não superou a barreira interior da valorização, mas, mediante uma política de desregulação e da inundação monetária pelos bancos centrais, apenas abriu as comportas para uma expansão do crédito privado e da economia baseada na bolha financeira como nunca se viu.

O Estado: novamente o salvador?

Depois que também esta ilusão estourou e o mercado falhou grandiosamente, repentinamente pretende-se que o Estado seja novamente o salvador. Só que o problema não pode mais ser resolvido com nova inundação monetária por parte dos bancos centrais estatais, mediante uma convencional

“Na economia burguesa não existe conexão sistemática entre teoria monetária e teoria do crédito”

redução da taxa de juros. Acontece que esse tipo de inundação monetária sempre ainda pressupõe a ficção de uma “cobertura” por processos reais de valorização, a qual já se tornou ilusória. Os bancos comerciais somente ainda conseguem depositar nos bancos centrais “garantias” que deixaram de sê-lo, porque consistem em grande parte de títulos podres. Isto impede que se inflem novas bolhas financeiras da forma convencional. O colapso dos créditos hipotecários somente foi o catalisador de um processo de desvalorização de todo o capital financeiro, que vai muito além. Por isso, agora, a crise é elevada ao nível da “última instância”, isto é, das próprias finanças públicas. Só que o Estado não é um demiurgo independente das leis da valorização do capital. Já no ano fiscal recém-passado, a dívida pública dos Estados Unidos triplicou ainda antes da recente crise dramática; e, no caso de se invocarem as garantias estatais concedidas em todo o mundo, o resultado somente pode ser uma grande crise das finanças públicas. O Estado não pode estancar a desvalorização, mas apenas administrá-la; ou em forma de deflação, caso ponha limite em seu próprio endividamento, ou em forma de inflação, caso saia imprimindo cédulas sem toda e qualquer “cobertura”. Nesta situação nova na História, talvez até ocorram processos deflacionários e inflacionários em paralelo.

IHU On-Line - O que representa, na atual crise, a teoria marxista do trabalho abstrato como substância do capital?

Robert Kurz - A economia burguesa clássica baseava-se, ainda, numa

teoria do “valor do trabalho”. O valor devia, em última instância, ser determinado pelo trabalho humano. Acontece que essa teoria do “valor do trabalho” era acrítica e incoerente. A teoria marxista da determinação do valor e do valor agregado mediante trabalho abstrato é fundamentalmente diferente. O conceito de trabalho abstrato é entendido de forma crítica e estritamente negativa como “abstração real” da produção concreta de bens. No processo de produção e circulação do capital, a atividade produtiva é reduzida, em sua forma social, ao dispêndio [*Vernutzung*] abstrato de energia humana ou aplicação de mão-de-obra abstrata como “gasto [*Verausgabung*] de nervo, músculo, cérebro” (Marx), onde o teor concreto desse gasto é totalmente indiferente. A massa de trabalho abstrato, uma vez realizada, se apresenta como massa de valor social e como “valor objetificado” [*Wertgegenständlichkeit*] dos produtos. Na “valorização do valor”, o que interessa não é a massa de valor em si, mas apenas a massa de valor agregado, a qual é distribuída aos diferentes capitais pelo mecanismo da concorrência. A valorização como fim em si mesmo transforma em fim em si mesmo também o trabalho abstrato que lhe dá origem, trabalho esse que forma a substância do capital como gasto de energia humana abstrata.

Do valor para a relação funcional

O neoclassicismo burguês abandonou a teoria clássica do “valor de trabalho”. O valor foi reduzido ao preço, sendo entendido não mais como substância comum das mercadorias, mas como mera função na inter-relação das mercadorias. Correlato disso foi que a filosofia burguesa passou do “conceito de substância” para o “conceito de função”. Pretendia-se eliminar o problema da substância, transformando-o numa relação funcional vazia. A “matematização” dos “modelos” neoclássicos baseia-se nessa transformação do valor numa relação estritamente funcional. Com isto, a teoria do valor foi adaptada à teoria do dinheiro enquanto mero “signo”. Essa “teoria circulatória” funcional do valor, no

meio de língua alemã, de certo modo, também conseguiu entrar numa assim chamada “releitura de Marx”, na qual a teoria crítica marxista do “valor de trabalho” era rejeitada, por ser “naturalista” ou “substancialista”, negando-se que o dinheiro tivesse caráter de mercadoria.

A questão da mão-de-obra

Como na economia burguesa, isto exclui, por princípio, uma barreira interior absoluta da valorização. A redução a uma relação funcional torna o valor atemporal e eternamente regenerável, na aparência. Marx, em contrapartida, mostrou que o desenvolvimento capitalista contém uma autocontradição elementar. Por um lado, a energia humana abstrata forma a substância real do capital; por outro lado, a concorrência força constante desenvolvimento da capacidade produtiva, a qual torna supérflua a mão-de-obra humana e solapa a substância do valor. Até a segunda revolução industrial do fordismo, esse processo secular de desvalorização das mercadorias podia ser compensado por meio do mecanismo do “valor agregado relativo”, analisado por Marx: pelo desenvolvimento da capacidade produtiva, o valor da mercadoria “mão-de-obra” [*Arbeitskraft*] cai na escala social e a participação relativa do valor agregado na massa total de valor aumenta. Essa participação relativa aumentada do valor agregado, porém, está relacionada com o número de “mãos-de-obra” [*Arbeitskräfte*, trabalhadores, funcionários] produtivamente utilizáveis. Marx não chegou a concluir sua teoria da crise, mas implicitamente ela faz inferir que o desenvolvimento da capacidade produtiva chega a um ponto em que o número de “mãos-de-obra” produtivamente utilizáveis se reduz a tal ponto que a massa de valor agregado absoluto cai. Então, mesmo o aumento do valor agregado relativo por mão-de-obra de nada serve. Esse ponto é atingido com a terceira revolução industrial da micro-eletrônica. O histórico mecanismo de compensação do valor agregado relativo se extingue, a massa real absoluta de valor

“As curvas caóticas e os saltos descontrolados, por exemplo, do câmbio ou dos índices da bolsa necessariamente precisam ser atribuídos à natureza não-empírica do capital e sua evolução substancial”

agregado cai e a “desvalorização do valor” leva à “des-substancialização do capital”.

O capitalismo reduzido às suas reais condições de valorização

Este é o motivo pelo qual, no período anterior, se podia simular mais valorização somente por meio de bolhas financeiras desprovidas de substância. Quando estas estouram, entretanto, não se atinge novo “ponto zero”, a partir do qual a valorização real possa recomeçar. Ao contrário, o capitalismo é reduzido às suas reais condições de valorização, cujo padrão de capacidade produtiva é irreversível. Essa teoria substancial da crise, que fala de uma barreira inferior absoluta do capital, muitas vezes foi criticada como “tecnológica” justamente pela esquerda. Mas não se trata, no caso, do aspecto técnico, mas do efeito da tecnologia sobre as condições da valorização. Marx não formulou uma teoria funcional do valor em termos “atemporais”, e sim a teoria de um desenvolvimento histórico e dinâmico do capital como deslocamento da substância real, veiculado pela crescente aplicação dos

potenciais científicos e tecnológicos e que não pode ser infinitamente prolongado.

A tensão na administração da crise

Sobre isto, ainda cabe fazer duas observações. Em primeiro lugar, as categorias de Marx são categorias reais de uma lógica da sociedade como um todo, a qual se baseia nos fenômenos empíricos, mas não pode ser descrita de forma diretamente empírica. Isto porque empiricamente o capital não se desloca apenas em veiculações complexas e contraditórias, mas a real agregação da substância de valor social sempre se apresenta apenas em retrospecto. A estatística burguesa nunca capta a real massa de valor ou valor agregado, mas apenas os fluxos superficiais de mercadoria e dinheiro, os quais produzem uma imagem distorcida. Por isso os crashes também não são previstos, mas apresentam-se de forma eruptiva, quando a lógica basal irrompe a empiria, como, ao que tudo indica, é o caso atualmente. As curvas caóticas e os saltos descontrolados, por exemplo, do câmbio ou dos índices da bolsa necessariamente precisam ser atribuídos à natureza não-empírica do capital e sua evolução substancial. Isto não está ao alcance de uma teoria categorial permanente ou afirmativa, que só consegue ficar correndo atrás dos fenômenos imprevisíveis. Além disso, a barreira da valorização é estritamente objetiva. Aquilo que “desaba” por entre as curvas é a capacidade de o capital reproduzir-se socialmente. Mas o que não desaba por si mesmo são as formas de consciência ou “formas de pensamento objetivas” constituídas pelo capital (Marx). Ao se alcançar o limite histórico do capitalismo, surge por isso uma tensão colossal entre a impossibilidade de continuar uma valorização real e uma mentalidade generalizada que interiorizou as condições capitalistas de existência e não quer nem consegue imaginar outra coisa senão viver dentro dessas formas. A difícil tarefa está em resolver essa tensão no processo de resistência contra a administração da crise, ou o capitalismo desembocará numa catástrofe mundial. Para isto

não está preparada uma esquerda que se ajustou cada vez mais ao desenvolvimento capitalista.

IHU On-Line - Quais as consequências da crise financeira para o nível de emprego em escala mundial?

Robert Kurz - Desde o início da terceira revolução industrial nos anos 1980, os novos potenciais de racionalização eliminaram a mão-de-obra industrial do processo produtivo numa escala nunca vista antes. Em consequência, de ciclo em ciclo, aumentou o desemprego e o subemprego em massa na escala global. O reverso da medalha foi a simulação da valorização pelo inchaço de “capital fictício”. Diferentemente de épocas anteriores do capitalismo, entretanto, não ocorreu uma desvalorização rápida do capital monetário destituído de substância, para dar lugar à nova acumulação real. Em vez disso, por falta de novas possibilidades de valorização real, iniciou-se uma imbricação sem precedentes históricos entre economia baseada na bolha financeira e a conjuntura. Os “valores fictícios” não ficaram restritos ao Éden financeiro, mas por longo tempo e em medida crescente foram transferidos para a aparente economia real. Assim surgiu o famoso crescimento “tocado pelas finanças”, que parecia desancar as leis econômicas do capitalismo e permitiu uma onda de altas de conjuntura deficitárias, que na realidade não tinham fundamento sólido. Embora o desemprego em massa aumentasse, ele era mantido em relativos limites porque, no bojo das conjunturas deficitárias, criaram-se, por assim dizer, “postos de trabalhos fictícios” que se alimentavam das bolhas financeiras desprovidas de substância.

A distinção entre “trabalho produtivo” e “improdutivo”

Para se compreender essa evolução, é importante a distinção de Marx entre “trabalho produtivo” e “improdutivo”. Todas as atividades no contexto formal capitalista são trabalho abstrato, o qual é representado em dinheiro. Mas nem todo

trabalho abstrato é produtivo em termos capitalistas, nem contribui para a massa de valor agregado social real. Certas funções da relação de capital são, em si, improdutivas e com “custos mortos”. Mas também a atividade produtiva industrial pode tornar-se improdutivo em sentido capitalista, quando ela excede a capacidade [*Fassungsvermögen*¹] da real produção de valor agregado (“capacidades ociosas”). Todos os resultados do trabalho abstrato assumem a forma de mercadoria enquanto “objetividade de circulação”. Ao conseguirem um preço,

“A depressão global a ser esperada levará de roldão não só grande parte dos financistas capitalistas ‘donos do universo’, mas também boa parte dos que deles dependem”

eles assumem uma parte da massa de valor agregado social, não vindo ao caso se sua produção contribuiu ou não para essa massa. Esse caráter social global [*gesamtgesellschaftlich*] da produção de valor e de valor agregado não fica muito claro em Marx, razão pela qual surgiu o famoso problema da transformação valor-preço. Entretanto, esse problema se resolve quando a massa de valor agregado social não se baseia numa soma de valores “individuais” de mercadoria, mas representa uma massa substancial, social global, não quantificável em termos de administração de empresas; sua quantidade se revela somente pela concorrência no nível da circulação. Isto não tor-

¹ Literalmente, “capacidade de conter, de abarcar” (Nota do tradutor).

na irrelevante o problema da substância, mas nada tem a ver com uma substância de valor da mercadoria individual.

Uma ocupação improdutivo

Que significa isto para a era da economia baseada na bolha financeira? A queda da massa de valor agregado social real foi mascarada, na aparência, pelo “valor agregado fictício” do sistema de crédito inflado. Dessa forma, gerou-se uma ocupação improdutivo que ultrapassava em muito a capacidade [*Fassungsvermögen*] da real produção de valor agregado. Em primeiro lugar, junto com a “indústria financeira”, o emprego nesse setor inchou de forma desproporcional, emprego esse que não produz valor algum, apenas intermedia transações financeiras. Além disso, criou-se um setor igualmente desproporcional de serviços pessoais improdutivos em termos capitalistas, de indústria publicitária, indústria da informação e da mídia, indústria do esporte e da cultura. Justamente nesses setores, o desprovimento de substância se implementou, por um lado, como remuneração astronômica excessiva de uma pequena elite de astros e, por outro, como precarização em forma de *freelancers*, pseudo-autônomos e empresários da miséria. Em terceiro lugar, a conjuntura deficitária global forçou a ocupação de uma “aristocracia de trabalhadores” nas indústrias de exportação (produção automotiva, máquinas), a qual era igualmente improdutivo porque se baseava não em lucros e salários de real produção de valor agregado, mas era alimentada pelas bolhas financeiras.

O sistema do trabalho abstrato leva a si próprio ao abstrato

Na mesma medida em que o estouro das bolhas financeiras reduz o capitalismo às suas reais condições de valorização, também boa parte do emprego improdutivo terá de cair. A real massa de valor agregado é muito pequena para que se possa descrever a “objetividade de circulação” desses

setores inflacionados como “objetividade de valor”. A depressão global a ser esperada levará de roldão não só grande parte dos financistas capitalistas “donos do universo”, mas também boa parte dos que deles dependem: precárias prestadoras de serviço, *freelancers*, baixo-assalariados, trabalhadores temporários, assim como empregos na indústria de exportação. O sistema do trabalho abstrato leva a si próprio ao abstrato; e o capitalismo global minoritário sofre seu *Waterloo*, mesmo que ninguém queira tomar conhecimento, embora todos o saibam intuitivamente.

IHU On-Line - Em que consiste o peso do capitalismo na sociedade de hoje, caracterizada por relações virtuais, trabalho imaterial e autonomia?

Robert Kurz - Os conceitos citados provêm todos da ideologia pós-moderna, que desde o começo acompanhou e formulou o capitalismo financeiro neoliberal do “capital fictício” inflacionado. Já em fins dos anos 1970, em seu livro *A troca simbólica e a morte* (São Paulo: Loyola, 1996), Baudrillard² explicitou a relação com a economia ao estabelecer o “capital fictício” como novo princípio de realidade. Também Derrida, num texto sobre “dinheiro falso”, afirmou a virtualidade do capital. A pós-moderna rejeição radical do “essencialismo” ou “substancialismo” corresponde à tentativa do capital de contornar esportivamente o seu próprio problema de substância, de certa forma “aristotélico”. O culto da “virtualidade” contagiou todas as esferas da vida, até mesmo as relações pessoais. A redução de valor a uma relação funcional levou à paradoxal “absolutização da relatividade”, que, no en-

2 **Jean Baudrillard**: filósofo e sociólogo. Um dos importantes pensadores ocidentais da atualidade, é autor de vários livros, entre os quais destacamos *A sociedade do consumo* (Lisboa: Edições 70, 2000) e *A troca impossível* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002). Juremir Machado da Silva apresentou o IHU *Idéias* de 11-09-2003, intitulado “11 de setembro segundo Jean Baudrillard”. Sobre esse tema, Juremir concedeu uma entrevista na 74ª edição da IHU *On-Line*, de 08-09-2003, sob o título *11 de setembro segundo Jean Baudrillard*. Em 07-03-2007 Baudrillard faleceu. O sítio do IHU deu ampla repercussão ao fato. Para conferir, basta acessar www.unisinos.br/ihu. (Nota da IHU *On-Line*)

“Não está preparada uma esquerda que se ajustou cada vez mais ao desenvolvimento capitalista”

tendimento vulgar, se refletiu como “arbitrariedade”. O virtualismo econômico correspondia ao virtualismo tecnológico da internet, que sofreu a mutação para o “second life” de individualizadas existências abstratas de bloggers, os quais são incapazes de se organizar e de resistir em termos reais.

E a esquerda?

A esquerda pós-moderna acabou órfã desse processo, o qual reduziu a luta social ao nível virtual e simbólico. O “pós-operarismo” de Antonio Negri³ exprime essa ideologia. O fetichismo objetivo do capital é negado e, juntamente com a crise, reduzido a subjetivas relações de vontade. O lugar da crítica radical do trabalho abstrato e da forma [abstrata] de valor é tomado pela ilusão de uma “autovalorização autônoma” de *freelancers* de um “trabalho imaterial”. Esse conceito não faz sentido [*nonsense*], porque todo trabalho abstrato, mesmo que não leve a produtos materiais, é “gasto de nervo, músculo, cérebro”. Só que

3 **Antonio Negri** (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000, publicou o livro-manifesto *Império* (5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, ele vive entre Paris e Veneza, escreve para revistas e jornais do mundo inteiro e publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro: Record, 2005), também com Michael Hardt. Em 2003, esteve na América do Sul (Brasil e Argentina) em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. (Nota da IHU *On-Line*)

o “trabalho cognitivo” improdutivo, em termos capitalistas, justamente nada contribui para a real massa de valor agregado social. A “autonomia” dessa forma específica de trabalho abstrato é ilusória, porque continua dependente do mercado mundial. Trata-se da ilusão de uma nova classe média, que perdeu seu fundamento. Quando o capitalismo é reconduzido para suas reais condições de valorização, extingue-se também a “autovalorização” do trabalho abstrato nos setores do “conhecimento” e da comunicação pela mídia. O vexame da economia da bolha financeira é também o vexame da esquerda pós-moderna e do seu “anti-substancialismo” ideológico, que pretende declarar toda e qualquer manifestação de vida como “valorização”. A base dessa ilusão não é econômica, e sim “existencialista”, pois recorre a Heidegger.⁴ Ao estourar a economia da bolha financeira, a “heideggerização” pós-moderna da esquerda corre o risco de desembocar em sentimentos nacionalistas e anti-semitas.

LEIA MAIS...

Confira outras entrevistas concedidas por Robert Kurz. Acesse nossa página eletrônica www.unisinos.br/ihu

Entrevistas

* “A globalização deve se adaptar às necessidades das pessoas, e não o contrário”. Revista IHU *On-Line* nº 98, de 26-04-2004, intitulada *A crise da sociedade do trabalho. Estamos saindo do capitalismo industrial?*

* “Novas relações sociais não podem ser criadas por novas tecnologias”. Revista IHU *On-Line* nº 161, de 24-10-2005, intitulada *As obras coletivas e seus impactos no mundo do trabalho*.

4 **Martin Heidegger** (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947) e *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, confira as edições da IHU *On-Line* nº 185, de 19-06-2006, intitulada *O século de Heidegger*, e nº 187, de 03-07-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, disponíveis para download no sítio do IHU, www.unisinos.br/ihu. Confira, ainda, o nº 12 do *Cadernos IHU em formação*, intitulado *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*. (Nota da IHU *On-Line*)



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Teologia Pública

A Palavra está presente em todos os setores da vida da Igreja

“Judeus, Cristãos e Muçulmanos, somos irmãos, filhos do mesmo pai Abraão”, considera o frei Carlos Mesters

POR GRAZIELA WOLFART

Ao falar sobre a importância dos círculos bíblicos, Frei Carlos Mesters afirma que neles “a Bíblia se torna um espelho, no qual as pessoas descobrem dimensões mais profundas da sua própria vida que antes não tinham percebido”. Para ele, na entrevista que segue, concedida por e-mail para a **IHU On-Line**, a importância de um sínodo sobre a Bíblia no atual momento é muito grande por vários motivos, dentre os quais “o aprofundamento que a Palavra de Deus pode trazer para a vida humana” e a percepção da “importância da presença da sabedoria de Deus na leitura que os pobres do mundo inteiro fazem da Bíblia”.

Carlos Mesters é frade Carmelita, doutor em Teologia Bíblica. É natural da Holanda e ligado à caminhada das Comunidades Eclesiais de Base, ajudou a criar o CEBI (Centro de Estudos Bíblicos). Escreveu, entre outros, *Esperança de um povo que luta* (São Paulo: Paulus, 1983), *Círculos bíblicos* (São Paulo: Paulus, 2001), *Paulo apóstolo: um trabalhador que anuncia o evangelho* (São Paulo: Paulus, 2002), *Bíblia: livro feito em mutirão* (São Paulo: Paulus, 2002), e *Por trás das palavras* (Petrópolis: Vozes, 2003). Mesters é assessor de um dos bispos brasileiros na XII Assembléia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, que ocorre de 5 a 26 de outubro, no Vaticano. A entrevista a seguir foi elaborada em parceria com o setor de Teologia Pública do IHU.

IHU On-Line - A leitura orante da Palavra de Deus tem tido muita difusão nas comunidades eclesiais, através dos círculos bíblicos. Qual é para o senhor a riqueza deste método e qual o seu limite?

Carlos Mesters - A riqueza deste método é que a leitura orante da Palavra de Deus provoca no povo um contato direto com a Bíblia, sem intermediários, num ambiente comunitário de fé, dentro da realidade do dia-a-dia da vida. Deste modo, vai nascendo um confronto entre Bíblia e Vida. A Bíblia se torna um espelho, no qual as pessoas descobrem dimensões mais profundas da sua própria vida que antes não tinham percebido. Você pergunta: “Qual o seu limite?”. Tudo o que é humano é

limitado. Um limite aparece quando os participantes do Círculo Bíblico se fecham em si mesmos e esquecem a realidade da vida ao redor. Pois a Palavra de Deus não está só na Bíblia, mas também na Vida, na natureza, nos fatos, em tudo que acontece.

IHU On-Line - Qual é a importância de um Sínodo sobre a Bíblia no momento atual? Qual é a sua apreciação do “instrumentum laboris” para o sínodo?

Carlos Mesters - A importância de um sínodo sobre a Bíblia no atual momento é muito grande por vários motivos: 1) permite uma partilha entre os bispos, participantes do Sínodo, em torno das experiências e dos problemas no uso e na leitura que o

povo faz da Bíblia nas várias partes do mundo, sobretudo nos países da América Latina, África e Ásia. Uma partilha assim enriquece a todos, ajuda relativizar os problemas e faz perceber melhor o caminho, o rumo do Espírito; 2) favorece o aprofundamento que a Palavra de Deus pode trazer para a vida humana e ajuda a descobrir melhor o alcance e o significado do documento “Dei Verbum¹” do Vaticano II sobre a Revelação; 3) faz perceber a importância da pre-

¹ **Dei Verbum**: um dos grandes documentos emanados do Concílio Vaticano II. Ele trata da revelação da Palavra de Deus. Esta constituição conciliar foi estudada e debatida no dia 15-09-2005, pela Profa. Dra. Lúcia Weiler, dentro da programação do Ciclo de Estudos Concílio Vaticano II. Marcos, trajetórias e perspectivas, 11 de agosto a 11 de novembro de 2005. (Nota da IHU On-Line)

sença da sabedoria de Deus na leitura que os pobres do mundo inteiro fazem da Bíblia. Isto ajudará para que a exegese científica descubra melhor qual a sua contribuição para a vida das Comunidades, para a Igreja; 4) o Sínodo sobre a “Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja” completa a caminhada iniciada no Sínodo anterior sobre a Eucaristia. Quanto ao *Instrumentum Laboris*, a opinião geral é de que se trata de um documento bom que está dando ao sínodo um rumo positivo. O *Instrumentum Laboris* é o resultado das contribuições do mundo inteiro. Mostra como a Palavra está presente em todos os setores da vida da Igreja.

IHU On-Line - Que leitura o senhor faz da presença de 25 mulheres e do rabino chefe de Haifa, Israel, Shear-Yashuv Cohen, neste sínodo?

Carlos Mesters - Acho muito importante a presença das mulheres, mas ainda é pouco. Só 25 entre mais de 200 participantes. O olhar feminino descobre e revela aspectos da Palavra de Deus que o olhar masculino não percebe, e vice-versa. Os dois olhares se completam e se enriquecem mutuamente. Limitando tudo ao olhar masculino, empobrecemos a riqueza que a Palavra de Deus poderia proporcionar às Igrejas e à humanidade. Quanto à presença do Rabino chefe de Haifa, Shear-Yashuv Cohen,² ela é muito significativa e muito importante nos nossos dias. Ela nos ajuda a recuperar a memória. Não podemos esquecer nunca que Jesus era judeu, nasceu judeu, viveu como judeu e morreu como judeu. Todo o Novo Testamento é uma interpretação do Antigo Testamento à luz de Jesus. Temos muito a aprender uns dos outros. No passado, essa perda de memória a respeito da nossa origem nos levou a erros e crimes ao longo dos séculos. Recuperar a memória significa recuperar nossa identidade através do diálogo com nossos irmãos judeus. Em mim nasce o desejo de que, um dia,

² Shear-Yashuv Cohen: grão-rabino de Haifa. Causou polêmica na abertura da XII Assembléia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, em 06-10-2008, ao apresentar o lugar da Bíblia no judaísmo e fazer uma alusão ao silêncio de Pio XII quanto ao Holocausto. (Nota da IHU On-Line)

possa fazer o mesmo com nossos irmãos muçulmanos. Judeus, cristãos e muçulmanos, somos irmãos, filhos do mesmo pai Abraão.

IHU On-Line - Por que os livros apócrifos atraem tanto ao público? Não é tempo de fazer uma leitura de como foram selecionados os livros que hoje formam a Bíblia e revisar os que ficaram de fora?

Carlos Mesters - Acho que não há o que revisar. Os livros chamados apócrifos atraem porque são considerados

“Não podemos esquecer nunca que Jesus era judeu, nasceu judeu, viveu como judeu e morreu como judeu”

proibidos. Tudo que é proibido atrai. Na realidade, nunca foram proibidos. Apócrifos quer dizer que estes livros não fazem parte da lista oficial. Deveriam ser chamados de livros “não-canônicos”. É bom notar que os livros apócrifos mais tardios, escritos entre o século V e VIII, têm uma tendência anti-semita, o que não é bom. É deplorável. Alguns chegam quase a considerar Pilatos³ como um homem honesto que foi enganado pelos judeus para condenar Jesus. Isto não corresponde

³ Pôncio Pilatos: também conhecido simplesmente como Pilatos, foi Prefeito (*praefectus*) da província romana da Judéia entre os anos 26 e 36. Foi o juiz que, de acordo com a Bíblia, após ter lavado as mãos, condenou Jesus a morrer na cruz, apesar de não ter Nele encontrado nenhuma culpa. (Nota da IHU On-Line)

à verdade histórica.

IHU On-Line - Que hermenêuticas o senhor apontaria como importantes, hoje, na leitura da Palavra, para não cair em fundamentalismos, literalismos ou leituras ideológicas?

Carlos Mesters - Todas as hermenêuticas que ajudam o povo a descobrir a presença da Palavra de Deus na vida são importantes: a hermenêutica feminina, a negra, a indígena, a leitura que os pobres fazem da Bíblia, enfim, tudo que faz a gente olhar os textos com um olhar a partir da realidade das pessoas. Resumindo, acho importante seguir os três passos do método ou da hermenêutica que Jesus usou com os discípulos na estrada de Emaús. O primeiro passo: aproximar-se das pessoas, escutar sua realidade e seus problemas; ser capaz de fazer perguntas que as ajudem a olhar a realidade da vida com um olhar mais crítico (Lc 24,13-24). O segundo passo: com a luz da Palavra de Deus iluminar a situação que os fazia sofrer e os levou a fugir de Jerusalém para Emaús; usar a Bíblia para fazer arder o coração (Lc 24,25-27). O terceiro passo: criar um ambiente orante de fé e de fraternidade, onde possa atuar o Espírito que abre os olhos, faz descobrir a presença de Jesus e transforma a cruz, sinal de morte, em sinal de vida e de esperança. Assim, aquilo que antes gerava desânimo e cegueira, torna-se luz e força na caminhada (Lc 24,28-32). O resultado do uso da Bíblia é o de criar coragem e voltar para Jerusalém, onde continuam ativas as forças de morte que mataram Jesus, e experimentar a presença viva de Jesus e do seu Espírito na experiência de Ressurreição (Lc 24,33-35). O objetivo último da Leitura Orante da Bíblia ou da Lectio Divina não é interpretar a Bíblia, mas sim interpretar a vida. Não é conhecer o conteúdo do Livro Sagrado, mas, ajudado pela Palavra escrita, descobrir, assumir e celebrar a Palavra viva que Deus fala hoje na nossa vida, na vida do povo, na realidade do mundo em que vivemos (Sl 95,7); é crescer na fé e experimentar, cada vez mais, que “Ele está no meio de nós!”

Entrevista da Semana

“A literatura é um direito do cidadão, um usufruto peculiar”

Para o professor Flávio Aguiar, Antonio Candido vê a literatura como uma práxis de iniciação à vida e à própria arte

POR ANDRÉ DICK, GRAZIELA WOLFART E MÁRCIA JUNGES

“O mundo da arte tem suas exigências próprias, e não pode ser reduzido a lições panfletárias ou receitas ideológicas, que, em geral, só o empobrecem”, declara o professor de Literatura Flávio Aguiar. Ao falar sobre a importância de Antonio Candido, ele lembra que a grandeza da arte, para o autor, “está em abrir horizontes e porões, os desvãos do espírito humano e sua capacidade para o vôo, e não a de fechá-lo em preconceitos e prejuízos”. Flávio Wolf de Aguiar possui graduação em Letras e mestrado e doutorado em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo. Professor aposentado da USP, é pós-doutor pela Université de Montreal e autor de, entre outros, *José de Alencar – Comédias* (São Paulo: Martins Fontes, 2004), e organizador de *Antonio Candido: pensamento e militância* (São Paulo: Humanitas/Fundação Perseu Abramo, 1999). Atualmente vive em Berlim, na Alemanha, de onde respondeu as questões que seguem, por e-mail, com exclusividade, à IHU On-Line.

IHU On-Line - Quais são as principais qualidades que podemos ver em Antonio Candido enquanto crítico de literatura? Ele colaborou de que modo na formação da crítica brasileira moderna?

Flávio Aguiar - Antonio Candido¹ aliou desde sempre uma firme formação teórica com uma sensibilidade para a linguagem comunicativa. Ele escreve de modo simples, sem se apoiar no uso abusivo do jargão cerrado do linguajar acadêmico. A formação como crítico de revista (*Clima*) e de jornal

(*Folha da Manhã*) deu-lhe este traço hoje raro na crítica brasileira, e ajudou-o também a formular um perfil de crítico como um publicista, isto é, alguém que tem consciência de que atua num espaço público.

caipira, *Os parceiros do rio Bonito*.² A visão sociológica contribuiu para desenvolver-lhe uma consciência de mão dupla. A primeira mão vai no sen-

² *Os parceiros do Rio Bonito*: O debate sobre esse livro, de Antonio Candido, abriu a segunda etapa do II Ciclo de Estudos sobre o Brasil, realizado em 2004. O evento foi realizado no dia 9 de setembro de 2004, e o responsável pelos trabalhos sobre a obra foi o Prof. Dr. Paulo Seben de Azevedo, professor na UFRGS e na Faculdade de Ciências e Letras de Osório (FACOSFACAD). O tema do debate sobre o livro *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido, foi abordado pelo professor Paulo Seben de Azevedo em entrevista concedida à IHU On-Line na 114ª edição, de 6 de setembro de 2004. (Nota da IHU On-Line)

¹ Antonio Candido de Mello e Souza (1918): escritor, ensaísta e professor universitário, um dos principais críticos literários brasileiros. É professor emérito da USP e UNESP, e *doutor honoris causa* da Unicamp. Foi crítico da revista *Clima* e dos jornais *Folha da Manhã* e *Diário de São Paulo*. Na vida política, participou de 1943 a 1945 na luta contra a ditadura do Estado Novo no grupo clandestino Frente de Resistência. Escreveu o clássico *Os parceiros do Rio Bonito* (São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977). (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - Muitos estudos de Candido são referenciais nas universidades brasileiras. Na sua visão, como ele contrabalança sua visão literária com sua visão sociológica?

Flávio Aguiar - Candido formou-se em Ciências Sociais, mas seu grande estudo nesse campo foi de cultura

tido de trabalhar a crítica sobre uma obra ou um conjunto de obras com a consciência de que ela e ele estão emoldurados, por assim dizer, por um contexto social que é parte inerente de seu significado. A segunda mão vai no sentido de que a moldura nunca explica inteiramente o quadro, e que esse contexto só se torna significativo porque é internalizado dentro da obra. Esta não “reflete” o campo social, mas o espelha, de modo criativo, “distorcido”, digamos, pela visão particular do autor, do grupo a que ele pertence ou com que se identifica, e pelas particularidades próprias da linguagem artística, suas convenções, inovações.

IHU On-Line - De que maneira Candido alia sua visão de literatura com sua militância no campo das idéias políticas?

Flávio Aguiar - Candido vê a literatura como uma práxis de iniciação à vida e à própria arte. A literatura é assim um direito do cidadão, além de ser um uso particular, um usufruto peculiar etc. Faz parte da cidadania e de seu exercício ter o direito de aceder a todo o mundo das criações do espírito (não ser obrigado a isso, evidentemente). Isto posto, o mundo da arte tem suas exigências próprias, e não pode ser reduzido a lições panfletárias ou receitas ideológicas, que, em geral, só o empobrecem. A grandeza da arte, para Candido, está em abrir horizontes e porões, os desvãos do espírito humano e sua capacidade para o vôo, e não a de fechá-lo em preconceitos e prejuízos.

IHU On-Line - Uma de suas principais obras, *Os parceiros do Rio Bonito*, mostra uma reflexão sobre o mundo caipira de São Paulo. Como o senhor enxerga essa ligação estabelecida por Candido entre campo e cidade?

Flávio Aguiar - Até a década de 1930, o Brasil era um país eminentemente agrário com alguma expressão urbana. 70% da população brasileira vivia nas zonas rurais. Candido cresceu neste mundo. Ao mesmo tempo, presenciou, viveu e influenciou a ma-

“Uma das páginas mais belas da ensaística brasileira é o elogio fúnebre de Alencar, feito por Machado, em que este diz que aquele era grande mesmo quando exagerava”

gestosa, complicada, contraditória, dramática, épica e trágica urbanização do Brasil, até os dias de hoje, em que os números de inverterem: 80% da população brasileira vive nas cidades. Algo dessa passagem se espelha sempre na sua obra, pois as raízes do Brasil antigo estão sempre presentes nela, ora como raiz, ora como recordação, ora como prisão.

IHU On-Line - De que modo uma obra como *Formação da Literatura Brasileira* é referencial para entender as obras feitas no país?

Flávio Aguiar - Candido estudou a formação da literatura brasileira não como um processo “natural”, ou de “aclimatação” do português e de suas expressões estéticas a uma “nova paisagem”. Ele a estudou enquanto um desejo, o desejo dos intelectuais brasileiros, a partir de certo ponto, de criar uma literatura que desse expressão ao país. Ao mesmo

tempo, ele estudou o processo de formação de uma literatura no país, isto é, ele primeiro formulou o conceito de literatura e depois viu como e quando ela se formou no Brasil. Na época, e até hoje, isso permanece uma abordagem muito original, e que influenciou pensadores na América Hispânica e na África, além de uma abordagem que pode nos fazer entender muito das literaturas de outras latitudes.

IHU On-Line - É possível explicar as obras literárias a partir de um sistema como faz Candido? Em que pontos isso lhe chama mais atenção?

Flávio Aguiar - É possível explicar a sua função. Por exemplo, *A moreninha*, de Macedo, não é um grande romance, no sentido de que *Dom Casmurro* o é. Mas foi *A moreninha* que abriu o caminho para Machado e outros autores adquirirem consciência de que eram parte de um “sistema” chamado “literatura brasileira”, que era um conceito inexistente, por exemplo, pelo menos no sentido atual, no século XVII ou mesmo no XVIII. A crítica sistemática, cumulativa, pode explicar também a inteligibilidade da formação de certas obras de arte, por exemplo, que Machado de Assis não criou no vazio; há toda uma trajetória coletiva que leva até ele, e que ele reconhece. Uma das páginas mais belas da ensaística brasileira é o elogio fúnebre de Alencar, feito por Machado, em que este diz que aquele era grande mesmo quando exagerava, ou algo assim. Há aí reconhecimento solene, até porque parte de um ponto de vista crítico, de seu débito para com seu antecessor.

IHU On-Line - Quais são as obras ou ensaios mais referenciais de Candido em sua visão?

Flávio Aguiar - Todas. Mas *A Formação* vem em destaque. Aprecio (aí é uma questão de gosto pessoal) muito também *Brigada ligeira*, *Terestina & etc.*, e penso que “O homem dos avessos”, leitura de *Grande sertão: veredas*, está entre os momentos culminantes do ensaio brasileiro e universal.

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu) de 14-10-2008 a 18-10-2008.

Imposto sindical. “Os sindicatos estão maduros para a mudança”

Entrevista com Adalberto Cardoso

Confira nas Notícias do Dia 14-10-2008

O sociólogo faz aqui nesta entrevista uma análise do sindicalismo no Brasil, sobre a crise que se sustenta neste campo, a influências e as mudanças que a Constituição de 1988 tem sobre ele e, também, sobre a forma como deve trabalhar a partir de agora.

40 horas semanais de trabalho: “Se o trabalhador não romper com isso, certamente não será o empresário que o fará”.

Entrevista com João Tristan Vargas

Confira nas Notícias do Dia 15-10-2008

“Parece-me particularmente incrível que no país as centrais sindicais continuem a colocar como bandeira a jornada de 40 horas semanais”, critica o historiador João Tristan Vargas, entrevistado pela **IHU On-Line**, que fala sobre o taylorismo e fordismo no mundo do trabalho e sobre o discurso e ação patronal.

Caravana da Anistia. A luta pela preservação da memória brasileira.

Entrevista com Jair Krischke

Confira nas Notícias do Dia 16-10-2008

A memória brasileira é algo lamentável, uma vez que episódios como os vividos durante a ditadura militar ainda não foram investigados e resolvidos, constata Jair Krischke. A Caravana da Anistia estará hoje na Unisinos.

Soluções para a crise financeira? Uma questão política e jurídica que esbarra nos limites do capitalismo.

Entrevista com André Lourenço

Confira nas Notícias do Dia 17-10-2008

Para o economista, o Brasil será afetado pela crise, mas possui vantagens em relação a outros países para enfrentar este problema, como a preservação do seu sistema financeiro público e a baixa relação crédito x PIB.

Ainda que seja inevitável que a economia brasileira sofra com essa crise, ela tem boas condições para enfrentá-la.

Entrevista com Simone de Deos

Confira nas Notícias do Dia 18-10-2008

A economista acredita que o Brasil está preparado para enfrentar a crise financeira que abala o mundo, mas, ainda assim, deverá sofrer algumas conseqüências desse momento turbulento da economia.

Análise da Conjuntura

A Conjuntura da Semana está no ar. Confira no sítio do IHU - www.unisinos.br/ihu, em 15-10-2008.

A análise é elaborada, pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT - com sede em Curitiba, PR, em fina sintonia com o IHU

acesse

www.unisinos.br/ihu



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

Agenda da Semana

Confira os eventos dessa semana, realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu).

Dia 22-10-2008
<i>IHU Idéias</i> Globalização: Descolonização ou Colonização das Mentes? Prof. Dr. Marcelo Dascal – Universidade de Tel Aviv (Israel) Horário: das 17h30min às 19h Local: Sala 1G119 – Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Dia 23-10-2008
<i>IHU Idéias</i> Via(da)gens teológicas. Itinerários de uma teologia queer no Brasil Prof. Dr. André Sidnei Muszkopf – EST Horário: das 17h30min às 19h Local: Sala 1G119 – Instituto Humanitas Unisinos – IHU

**PARTICIPE DOS NOVOS EVENTOS
DO IHU
CONFIRA A PROGRAMAÇÃO EM
WWW.UNISINOS.BR/IHU**

Perfil Popular

Inês Raimunda Conor Bordori

POR BRUNA QUADROS

Há 49 anos, nascia, em Jaguariaíva, no Paraná, Inês Raimunda Conor Bordori. Ao conversar, por telefone, com a revista IHU On-Line, ela lembrou da infância, dos ensinamentos de seus pais e contou sobre o seu trabalho como voluntária junto à comunidade da Vila Vitória, no bairro Sítio Cercado, em Curitiba, onde mora. Aposentada pelo Banco do Estado do Paraná, ela atua no voluntariado muito mais do que somente para ter com o que se ocupar. Inês se preocupa com a vida de quem está próximo a ela e são menos favorecidos, socialmente. Acompanhe, a seguir, a história de Inês:

“Meu pai, Luis Gabriel, trabalhava no escritório de uma indústria. Minha mãe, Maria de Lurdes, era enfermeira.” Assim, Inês começa a contar a sua trajetória de vida. Ela, que é a filha mais velha entre outras três irmãs, aos nove anos de idade, teve uma grande perda. Sua mãe faleceu, vítima de câncer. “A maior tristeza da minha vida.” Mesmo com este sofrimento, Inês conseguiu aproveitar a infância. “Lembro de brincar de casinha, fazer comidinha e teatrinhos.” Com a morte de sua mãe, ficou para o pai de Inês a responsabilidade de criar as filhas. Foi com ele que Inês aprendeu a ter responsabilidade, amor ao próximo e a ser honesta.

Inês conta que morou em Jaguaraíva até os 12 anos de idade. “De lá, fomos para Telêmaco Borba, também no Paraná. Depois que minha mãe faleceu, meu pai acabou saindo da empresa onde ele trabalhava e queria trabalhar por conta própria. Então, ele comprou uma lanchonete lá.” Inês teve como estudar até o Ensino Médio. Não deu continuidade aos estudos, porque não tinha condições financeiras. “Para mim, o estudo é fundamental para educação, sabedoria. É importante para tudo.”

Aos 17 anos, Inês teve seu primeiro emprego, numa empresa de representações de fitas. Depois disso, fez concurso para o Banco do Estado, onde ingressou em 1978. Há 30 anos, Inês mora em Curitiba. Atualmente, Inês é aposentada, mas nem por isso parou de trabalhar. “Faço trabalhos voluntários para a comunidade e trabalho em uma padaria comunitária, vinculada ao Cefuria.¹ Já estou nesta atividade há três anos. Atualmente, são três pessoas trabalhando na padaria, que funciona na comunidade São Sebastião.” Inês relata que decidiu atuar junto à comunidade, porque sempre gostou de ajudar as pessoas. “Meu grande sonho é poder ajudar as pessoas mais necessitadas, em termos de saúde, de alimentação saudável e moradia.”

Há cinco anos, Inês trabalha como tesoureira na associação de moradores da Vila Vitória, em Curitiba. Muitas pessoas da comunidade têm problemas, como depressão. “Para mim, este trabalho é muito importante, porque estou ajudando a outras pesso-

¹ Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (Cefuria): Organização Não-Governamental fundada em 1980, com o objetivo de assessorar e articular instituições populares. O foco do Centro é na Economia Solidária. (Nota da IHU On-Line)

as. Eu não pararia com este trabalho, porque é muito gratificante ver as pessoas felizes, ver que fiz alguma coisa para ajudar.”

Inês é casada há 24 anos. Os filhos, Bruno Felipe, e Isabele, 17 a 21 anos, são suas maiores alegrias. “Orgulho-me do meu filho, que abriu a sua estofaria. Vejo que ele é muito responsável, porque aos 21 anos teve essa iniciativa. Estes valores vêm da família, da maneira como a gente o educou. Minha filha está concluindo o segundo grau e já pensa na faculdade que vai fazer.” Inês destaca que aprendeu com os pais que o casamento é uma vez só. “Eu também dou curso de noivos e sempre falo para eles que não puderam escolher o pai e a mãe, mas o companheiro tem que ser especial.”

Seguidora da religião católica, Inês destaca que quem não tem fé não tem os pés no chão. Ela demonstra que tem os pés no chão, também, quando o assunto é política. “Nesta época de eleições, o povo acha que todos são bonzinhos. É aí que está o erro. As pessoas estão sem esperança, votam no primeiro que chega e oferece alguma coisa em troca do voto. O povo precisa entender mais o que é a política em si, mudar a própria consciência.”